

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

RAFAEL AGUIAR DOS SANTOS

**A ODISSÉIA ATENIENSE: Antônio Lopes da Cunha e a invenção de um
Maranhão na Primeira República**

São Luís
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

RAFAEL AGUIAR DOS SANTOS

**A ODISSÉIA ATENIENSE: Antônio Lopes da Cunha e a invenção de um
Maranhão na Primeira República**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

A ODISSÉIA ATENIENSE: Antônio Lopes da Cunha e a
invenção de um Maranhão na Primeira República / RAFAEL
AGUIAR DOS SANTOS. - 2023.

88 p.

Orientador(a): MARIA IZABEL BARBOZA DE MORAIS OLIVEIRA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História/cch,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Análise de Discurso. 2. Antônio Lopes da Cunha. 3. História do
Maranhão. 4. Primeira República. I. BARBOZA DE MORAIS OLIVEIRA, MARIA
IZABEL. II. Título.

RAFAEL AGUIAR DOS SANTOS

A ODISSÉIA ATENIENSE: Antônio Lopes da Cunha e a invenção de um Maranhão na Primeira República

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Dissertação defendida e aprovada em 25/08/2023.

Pela Comissão Examinadora, constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (PPGHIS/UFMA) -
Orientadora

Prof. Dr. João Batista Bitencourt (PPGHIS/UFMA)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (PPGHIST/UEMA)

Aos meus pais, Torquato Aguiar dos Santos e Maria Francinete dos Santos Aguiar.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos aqueles que de algum modo contribuíram para a realização desse trabalho.

Aos meus pais Torquato Aguiar dos Santos e Maria Francinete dos Santos Aguiar e ao meu irmão Rodrigo Aguiar dos Santos, pela dedicação, amor e compreensão.

Aos meus Professores do ensino Fundamental e Médio, a todos sem exceção que tanto contribuíram para a minha formação e especialmente a Deuzuíte Dantas Vaz, Francisco Valdério Pereira da Silva Júnior, Raimundo Marques, Francineia Pimenta.

Aos membros do IHGM pela ajuda, colaboração e auxílio que sempre prestaram em minhas pesquisas: Leopoldo Gil Dulcio Vaz, Telma Bonifácio Reinaldo e Eneida Vieira da Silva Ostria de Canedo, Euges Lima.

Aos meus grandes amigos da UFMA: Marcos Rogério, Raimundo Campos Castro Jr, Tairo Lisboa, Marcelo de Sousa Araújo, Marcelo Barros, Leomarcio Botelho, Valéria Montenegro, Eline Erich.

Aos meus amigos da UEMA: Natasha e Yuri Alhardef.

Aos Professores do curso de História da UFMA, que muito contribuíram nessa caminhada com aulas excelentes, com o incentivo e com a sua amizade: Flávio José da Silva Soares, Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira, Washington Tourinho, Lyndon de Araújo Santos, Antônia da Silva Mota, Regina Helena Martins de Farias, Alexandre Guida Navarro, Dorval do Nascimento, Josenildo de Jesus Pereira, Wagner Cabral da Costa, Marivânia Melo Moura, Isabel Ibarra Cabrera, João Batista Bitencourt.

Aos Professores Baltasar Macaíba de Sousa, Gisele Venâncio e Alexandre Fernandes Correia, com os quais sempre pude contar e pela sua contribuição imprescindível ao longo da minha Graduação e Pós-Graduação.

À minha orientadora Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira, pela orientação, dedicação, esforço e incentivos dados ao longo dessa caminhada.

À Banca Examinadora.

*Para mim, o romancista é o
historiador do presente, enquanto o
historiador é o romancista do
passado.*

Georges Duhamel

RESUMO

O presente trabalho visa compreender historiograficamente o discurso emitido pelo intelectual maranhense Antônio Lopes da Cunha no Maranhão da Primeira República. As fontes analisadas são três artigos por ele escritos e publicados em 1926 na primeira revista do hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM): *Marília e Dirceu*, *O Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão* e *Armorial Maranhense*; como também seu livro *Alcântara: subsídios para a história da cidade*. Como referencial teórico, utilizamos conceitos da Nova História Cultural de Roger Chartier; da Análise do Discurso de vertente francesa (AD) de Michel Foucault e Dominique Maingueneau; assim como da Análise Dialógica do Discurso (ADD) de Mikhail Bakhtin. Conectando o texto, o autor e o seu contexto, tecemos uma rede sobre o Maranhão de Antônio Lopes da Cunha na Primeira República. Por meio desse arcabouço teórico, analisamos a visão do método de escrita da História, projeto de Maranhão, Identidade local e de História do Maranhão presentes na escrita de nosso intelectual maranhense.

Palavras-Chave: Análise de Discurso; História do Maranhão; Antônio Lopes da Cunha; Primeira República.

ABSTRACT

This work aims to understand historiographically the issued discourse by the intellectual Antônio Lopes da Cunha from Maranhão during the First Republic. The sources analyzed are three articles written by him and published in 1926 in the today's first magazine Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM, Historical and Geographical Institute of Maranhão): *Marília e Dirceu*, *The Historical and Geographical Dictionary of Maranhão* and *Armorial Maranhense*; as well as his book *Alcântara: subsidies for the city history*. As a theoretical reference, we used concepts from Roger Chartier's *New Cultural History*; the French Discourse Analysis (AD) of Michel Foucault and Dominique Maingueneau; as well as Mikhail Bakhtin's Dialogic Discourse Analysis (ADD). Connecting the text, the author and its context, we weave a network about Maranhão by Antônio Lopes da Cunha in the First Republic. Through this theoretical framework, we analyze the vision of the History writing method, project of Maranhão, Local Identity and Maranhão History present in our Maranhão intellectual writing.

Keywords: Discourse Analysis; Maranhão History; Antonio Lopes da Cunha; First Republic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O MARANHÃO DE ANTÔNIO LOPES DA CUNHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: Política, Economia, Sociedade e Cultura	26
1.1 As Relações Políticas: Conflitos e Disputas Oligárquicas	26
1.2 A Economia maranhense na Primeira República brasileira: ascensão e crise da indústria e reestruturação no setor agrícola e extrativista	37
1.3 Um Panorama social de transformações, modernização e exclusão	43
1.4 Cultura: “Novos Atenienses”: a construção do discurso decadentista nostálgico em meio a fundação de instituições	46
2. ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E O SEU CONTEXTO.....	51
2.1 Antônio Lopes da Cunha, vida e obra: um breve resumo biográfico	51
2.2 Antônio Lopes da Cunha e os Novos Atenienses: filiação à Atenas, a construção simbólica da identidade letrada maranhense	57
2.3 Antônio Lopes da Cunha e a fundação do IHGM: O Lugar Institucional de Construção do Discurso.....	59
3. ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E SUA PRODUÇÃO ESCRITA.....	65
3.1 Antônio Lopes da Cunha nas páginas da primeira Revista do IHGM	65
3.2 Alcântara: subsídios para a História de uma cidade.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

O processo de crise econômica do sistema agroexportador maranhense ocorrido nas duas últimas décadas do século XIX (1880-1900), seguido pela reestruturação do setor produtivo do Estado nas duas primeiras décadas do século XX (1901-1930), em paralelo com as transformações ocorridas na política estadual, por meio dos ajustamentos aos novos mecanismos de controle da ordem republicana nascente e em consolidação, constituíram de modo traumático um profundo sentimento de decadência entre os grupos que compunham a elite econômica, social, política e intelectual, classe dominante hegemônica, no Estado do Maranhão durante a Primeira República brasileira (1889-1930).

Na economia, tivemos a gênese e consolidação do setor industrial têxtil maranhense nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX, facilitada pela abundante matéria prima disponível na região (algodão e cânhamo), e pela tecnologia e maquinário encontrados no mercado externo. Industrialização essa, segundo Moacyr Feitosa, implantada nos núcleos urbanos do Maranhão da época, predominantemente nas cidades de Caxias, Codó e São Luís, financiada por comerciantes urbanos e agroexportadores. (FEITOSA, 1998, p. 42)

Os tecidos de algodão permaneceram como principal produto de exportação interestadual nas três primeiras décadas do século XX (1900-1930), sendo importante fonte de divisas para o Estado, refletindo no aumento nominal quanto ao valor oficial das receitas de exportação interestaduais de 5.467:250\$020, em 1922, para 11.220:849\$350 em 1926. (FERNANDES, 2003, p. 184-185)

No campo, desenvolveu-se a crise do modelo agroexportador pautado no latifúndio monocultor, devido principalmente à abolição da escravidão (1888) e à queda nos preços daqueles que foram os principais produtos maranhenses de exportação até 1888 - arroz, açúcar e algodão - nas duas últimas décadas do século XIX (1880-1900) e na primeira década do século XX (1900-1910). (MEIRELES, 2001, p. 306-310)

Não obstante, de modo progressivo, os antigos senhores de escravos, que continuaram ligados ao meio agrário, constituíram novas formas de exploração da propriedade da terra, diminuíram a área plantada e arrendaram terras aos pequenos lavradores, que, como forma de pagamento pela exploração destas, destinavam parte da renda da área cultivada ao proprietário, criando um novo vínculo de subordinação, refletindo em uma produção de baixos níveis de

produtividade da terra, ainda dependentes das oscilações do mercado externo, o que resultou em um declínio da produção em diversos setores agrícolas. (CORRÊA, 1993, p.161-162)

O declínio das grandes plantações foi acompanhado de modo progressivo pela multiplicação das pequenas unidades de produção familiar, localizadas no interior dos latifúndios ou nas vastas extensões de terras devolutas existentes no Estado. (REIS, 1992, p.19)

Tais unidades de produção que passaram a predominar no Maranhão da época tinham como bases: a agricultura familiar camponesa tradicional, ligada principalmente ao cultivo de arroz; o extrativismo do babaçu, da andiroba e da carnaúba; a criação extensiva de animais de pequeno e médio porte; a pesca e o uso dos recursos naturais presentes nas áreas de uso comum, como os campos, as matas e o cerrado, de onde eram extraídos madeiras, frutos e fibras, em um sistema de exploração acordado através dos vínculos tradicionais desenvolvidos entre os moradores dos povoados, fazendas e das localidades próximas. (FEITOSA, 1998, p. 50-65)

Na política, constituiu-se um quadro demarcado por crises sucessivas provocadas pelos processos de renovações internas dos grupos oligárquicos existentes no Maranhão, que controlavam importantes cargos ligados ao poder estatal, e pela disputa dinâmica desses grupos pelo controle da presidência do Estado. Isso ampliou a margem de atrito entre as principais lideranças políticas locais, fragmentou a oligarquia e gerou uma crise política devido às dificuldades do grupo hegemônico em controlar as pressões advindas das novas gerações por maiores espaços no ambiente político. (REIS, 1992, p. 25-75)

Crise essa que refletiu ainda na renovação oligárquica ocorrida na política maranhense a partir da década de 1920, devido à morte do principal chefe político local na Primeira República, Urbano Santos, e nas disputas pela hegemonia no poder de Estado no Maranhão que se desenvolveram após a sua morte entre três grupos políticos principais: os *Magalhãesistas*, os *Marcelinistas* e os *Tarquinistas*. (CALDEIRA, 1981, p. 25)

Os *Magalhãesistas* eram assim conhecidos por serem liderados por José Maria Magalhães de Almeida, oficial da marinha e presidente do Estado no quadriênio de 1926 a 1930, genro de Urbano Santos e considerado seu herdeiro político direto; os *Marcelinistas* eram capitaneados por Marcelino Machado, genro de Benedito Leite (deputado federal, senador, presidente do Estado entre 1906 e 1909); os *Tarquinistas* tinham como principal representante o médico Tarquínio Lopes Filho.

Sobre esses três grupos políticos, na década de 1920, lembramos que o primeiro representava o grupo oligárquico dirigente do Estado, o segundo constituía as oligarquias oposicionistas e o terceiro representava os interesses de uma classe média urbana, identificada

com o movimento tenentista nacional e fazia oposição aos dois grupos anteriores. (CALDEIRA, 1981, p. 25)

No âmbito social notava-se uma São Luís permeada pelo desejo de modernização em meio à constituição de um projeto de ampliação dos serviços públicos de infraestrutura urbana. Porém, era um projeto de modernização elitista e excludente, em uma cidade cuja realidade ainda era demarcada pela exclusão no acesso aos serviços públicos para a maioria da sua população. (PALHANO, 1988, p. 341)

Tal perspectiva de modernização urbanística da cidade aliada à precária situação dos serviços públicos urbanos existentes na capital ludovicense - saneamento básico e abastecimento de água precários e limitados; iluminação pública realizada através de gás; transporte público urbano feito mediante bondes puxados por burros - refletiu-se nos projetos políticos que então se apresentavam, os conceitos de modernização, civilização e desenvolvimento passaram a ser enfatizados e colocados em prática. (PALHANO, 1988, p. 341)

Assim, a cidade de São Luís passou a receber algumas melhorias quanto à urbanização, principalmente a partir da década de 1920, com a ampliação da rede elétrica urbana, o que propiciou em 1924 a implantação da iluminação pública elétrica em substituição à antiga iluminação a gás, novo sistema de bondes, também elétricos, e a ampliação dos serviços de água, luz e esgotos (PALHANO, 1988, p. 342).

Porém, tais serviços públicos permaneceram sob direção de uma empresa estrangeira, a norte americana Brightman & Cia, e o Estado teve que contrair dívidas onerosas para ampliá-los. (FERNANDES, 2003, p. 136-147)

No que se refere à produção cultural, em meio a uma realidade na qual a educação formal era privilégio de um pequeno número de pessoas e a maioria da população maranhense ainda era constituída de analfabetos, havia o esforço, por parte de pequenos grupos de intelectuais da elite local que visavam à ascensão acadêmica, através da criação de academias, faculdades, grêmios literários e a reprodução do discurso da identidade maranhense ligada à Atenas Brasileira e de singularidade local pautada na tese da fundação francesa da cidade de São Luís.

Elite essa na qual se inseria e transitava nas décadas de 1910 e 1920 o intelectual maranhense Antônio Lopes da Cunha, pertencente a um grupo de letrados locais responsáveis pela formação de uma geração denominada pela historiografia maranhense de “Novos Atenienses” (1894-1932), em alusão aos dois grupos intelectuais que os antecederam durante o

Império brasileiro (1822-1889), o denominado Grupo Maranhense (1832-1868) e o grupo Ateniense (1868-1894). (MEIRELES, 2001, p. 311)

Os Novos Atenienses, de acordo com Manoel Barros de Jesus Martins (2006), formaram uma geração com um projeto de problematização da realidade maranhense, tanto através de obras específicas constituídas nos mais diversos campos do conhecimento (História, Filosofia, Direito, Geografia e Literatura), quanto por meio da imprensa, da política ou da administração pública, caracterizando o período como de fertilidade relativa à produção escrita:

A produção intelectual da elite letrada maranhense na República Velha teve como marca sonante a disposição para a reflexão sistemática sobre o Maranhão. Ao tempo em que visava elucidar especificidades da trajetória do torrão natal, essa atitude tinha por norte identificar e alicerçar imagens basilares e fundantes do Maranhão que fossem passíveis de utilização simbólica no processo de construção identitária, de sentido novo, reclamada naquela época prenhe de transformações. Para esses letrados o Maranhão deveria ser repensado desde suas entranhas mais profundas; nesse sentido, a eles competia realizar o mapeamento dos entraves paralisantes da vida ativa regional e indicar alguma projeção de futuro que engendrasses uma realidade estadual renovada, revigorada pelo influxo de tempos fáusticos, tomados de referências imorredouras. (MARTINS, 2006, p. 115)

Já Meireles (2001), ao descrever o panorama cultural maranhense do primeiro período republicano (1889-1930), enfatiza a ideia da decadência local, tanto política quanto econômica e financeira, ressaltando o discurso decadentista e saudosista que esteve presente na obra dos Novos Atenienses. Segundo Meireles,

Sobrevinda a República, e com ela o desequilíbrio e a decadência econômicas consequentes da abolição – estende-se do último decênio do século XIX, para o século XX – o ciclo decadentista (1894-1932), em que o estado, vivendo das glórias daquele passado e dos poucos sobreviventes do segundo ciclo que ainda o representavam no Sul (e não só no campo das letras, como no da política, com o fazê-los geralmente seus representantes nas duas casas do Parlamento), apenas procura lutar porque não se apague a chama daquele ideal e se não perca a tradição que deu Glórias de Atenas do Brasil. (MEIRELES, 2001, p. 210-212)

Em meio à realidade social em que estavam inseridos, os denominados Novos Atenienses constituíram um discurso sem perspectivas promissoras quanto ao presente, visto sob a ótica da decadência, e forjaram um modelo representacional do passado, especialmente do século XIX (1801-1900), como o momento áureo da economia, da representação política nacional e da produção cultural maranhense, encarando tal período de forma nostálgica. Esses intelectuais reproduziram o "mito da Atenas Brasileira", e também um sentimento de esperança

de um futuro que reconstruísse o passado, colocado com algum saudosismo como tempo de glórias, o que também alimentava a ideia do retorno imaginário a um esplendor transitório. Sobre tal realidade, Corrêa escreve,

A experiência imediata da realidade maranhense começou a não mais antecípar perspectivas promissoras e, em consequência, a teologia timbireense frutificou multiplicada, como uma atitude devocional coletiva, esperançosa de reedificar o esplendor do passado, de ressonância econômica e cultural, no âmbito das circunstâncias negativas, experimentadas desde a abolição da escravatura, do senhorio e do monarquismo. (CORRÊA, 1993, p.151)

Porém, apesar da construção discursiva na qual o Maranhão era colocado em um estado de letargia em meio à uma situação econômico-financeira interpretada a partir de uma visão de decadência prolongada, também tivemos um período de forte tentativa de renovação cultural e de interessante produção, na qual se destacaram a formação de sociedades culturais e a realização de conferências literárias, que contribuíram para uma renovação do debate sobre o Maranhão.

Esses círculos literários, embora restritos a pequenos grupos constituintes da elite intelectual local, reuniram muitos dos principais escritores maranhenses da época e tiveram relativa penetração e longevidade na paisagem intelectual maranhense, em meio a todo um processo de intensificação das tentativas de problematização da realidade.

Nesse contexto, surgiram esforços no sentido de congregar essa elite letrada através da fundação de instituições, institutos e academias. (CORRÊA, 1993, p. 152-153) O IHGM, fundado em dezembro de 1925, por iniciativa de Antônio Lopes da Cunha e do grupo de intelectuais locais 'novos atenienses', também foi fruto dessa iniciativa, e refletiu uma tentativa de renascimento cultural maranhense.

Antônio Lopes da Cunha nasceu na cidade de Viana, na então província do Maranhão, em 25 de maio de 1889, vindo a falecer na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, em 29 de novembro de 1950. Filho do então desembargador e futuro presidente de Estado do Maranhão (1902-1906) Manuel Lopes da Cunha e Dona Maria de Jesus Sousa Lopes da Cunha. Realizou os seus estudos primários e secundários em São Luís do Maranhão. Em 1911, concluiu seu curso superior de Ciências Jurídicas na cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 55)

Durante sua estadia no Recife, teve como influência principal em seus estudos em Filosofia do Direito o escritor cearense Clóvis Beviláqua¹, profundo defensor do positivismo e amigo de seu pai Manuel Lopes da Cunha, desde a época em que Beviláqua havia iniciado a sua carreira na magistratura como promotor público da cidade de Alcântara na então província do Maranhão em 1883. A Faculdade de Direito do Recife na época caracterizava-se como um importante pólo irradiador do pensamento positivista de Augusto Comte.

Logo após concluir seus estudos superiores, em 1911, Antônio Lopes da Cunha retornou à capital maranhense, exerceu a advocacia e o magistério como professor de Literatura Brasileira no Liceu Maranhense, para o qual fora oficialmente nomeado em 17 de junho de 1915² e professor da cátedra de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito de São Luís, a partir de 1918.

Foi também diretor da escola de Belas Artes do Maranhão e inspetor escolar municipal, entre os anos de 1912 e 1922. Exerceu ainda por breve período em 1926 o cargo de Intendente Municipal da cidade de São Luís, cargo equivalente ao de atual prefeito municipal. (LOPES DA CUNHA, 1973 – notas nas orelhas do livro)

Nos meios políticos locais, posicionou-se ao lado do grupo oligárquico *Magalhãesista*, ligado ao Partido Republicano (PR) maranhense, então situacionista.

Antônio Lopes da Cunha foi um entusiasta do desporto maranhense, atuando de forma ativa no futebol local, como um dos sócios fundadores do clube de futebol Luso Brasileiro e um dos principais responsáveis pela introdução do Escotismo no Maranhão, apenas dez anos após o surgimento desse movimento na Inglaterra. O Grupo Escoteiro da antiga Associação Maranhense de Escoteiros foi instituído em 20 de maio de 1917. (VAZ, 2009)

Atuou, ainda, como articulista em diversos jornais e revistas locais, com destaque para a *Pacotilha*, onde publicou artigos, crônicas e críticas literárias, além de ter escrito obras de relativa relevância intelectual, como o livro *Alcântara: Subsídios para a história da cidade*.

Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de São Luís em 1918, ao lado de outros nomes da intelectualidade local da época, como Fran Paxeco, Henrique Couto, Domingos Castro Perdigão e Almeida Nunes. E também do então Instituto de História e Geographia do Maranhão (IHGM), hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, em 20 de novembro de

¹ Clóvis Beviláqua era jurista, magistrado, jornalista, professor, historiador e crítico. Nasceu em Viçosa, CE, em 4 de outubro de 1859, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 26 de julho de 1944. Humanista de formação mais literária e filosófica do que jurídica. Foi consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores durante vinte e oito anos (1906-1934). Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e ocupou a cadeira nº 14 da entidade. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

² Ato de Nomeação Sancionado pelo presidente de Estado do Maranhão constando nos relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros -1990-1930- Ordem nº48, p. 6. junho de 1915.

1925, do qual foi secretário perpétuo, tendo sido o diretor responsável e editor da primeira Revista do Instituto em julho de 1926.

O trabalho que aqui apresento versará sobre a obra escrita pelo intelectual maranhense Antônio Lopes da Cunha, na Primeira Revista do hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), publicada em 1926; e no seu livro *Alcântara: Subsídios para a história da cidade*.

Analisarei as fontes citadas a partir do viés teórico e metodológico da análise historiográfica pautada na Nova História Cultural, dialogando com Roger Chartier (1990). Recorrerei também à Análise do Discurso de vertente francesa, notadamente com Michel Foucault (2006, 2010) e Dominique Maingueneau (2008), assim como à Análise Dialógica do Discurso (ADD), desenvolvida a partir dos conceitos do russo Mikhail Bakhtin (2011), enquanto principal base teórica e epistemológica relativa à presente dissertação.

Viso, a partir da análise de parte dessa produção escrita por Antônio Lopes da Cunha, a tessitura do panorama da intelectualidade maranhense na Primeira República brasileira (1889-1930) no qual o autor estava inserido enquanto agente partícipe. O recorte temporal compreende o período da Primeira República brasileira (1889-1930), e tem como importantes marcos históricos os anos de 1911, ano em que ele após concluir os estudos em Ciências Jurídicas na Cidade de Recife retornou à cidade de São Luís, nela iniciando sua atividade intelectual, e 1926, ano da publicação da primeira Revista do IHGM, Instituto do qual foi um dos fundadores, e Revista na qual foi editor e contribuiu com três artigos: *Marília e Dirceu*; *O Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão*; e *Armorial Maranhense*.

O objetivo é compreender o projeto de invenção de um Maranhão empreendido por Antônio Lopes da Cunha durante o período da Primeira República brasileira, que abrange um projeto de identidade maranhense e escrita da História, a partir da análise do discurso e da relação existente entre o autor, seu texto e o contexto histórico.

Antônio Gramsci, em seu estudo sobre os intelectuais e a organização da cultura, lembra que cada grupo social “cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.” (GRAMSCI, 1985, p.3)

Antônio Lopes da Cunha pode ser classificado como um intelectual orgânico no sentido gramsciano, uma vez que juntamente com os 'Novos Atenienses' esboçou um projeto próprio de reconfiguração do Maranhão em sua cultura, geografia, narrativa histórica e memória, criando uma autoconsciência própria e constituindo-se de modo hegemônico

intelectualmente, tanto nos meios intelectuais locais, quanto em suas funções exercidas no aparato da burocracia estatal maranhense.

Ainda quanto ao viés teórico metodológico trabalhado, a Nova História Cultural, importante base teórica deste trabalho, “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16), em que a própria produção historiográfica acaba determinada por interesses e representações, o que também torna necessário relacionar os “discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nesse sentido, o conceito de representação³ será utilizado nesta pesquisa, convertido em instrumento para a compreensão do complexo jogo de ordenações e hierarquizações presentes na estrutura social do Maranhão no período abordado.

A noção de apropriação⁴ de Chartier nesse sentido permite a compreensão da produção da escrita da História e do projeto de Maranhão e identidade maranhense constituída por Antônio Lopes da Cunha. Essa noção pode ser entendida como a maneira com a qual os agentes se apropriam de determinados bens simbólicos e os interpretam para a compreensão de si mesmos. (CHARTIER, 1990)

Também tecerei as estruturas do mundo social, assim como as categorias psicológicas e intelectuais, não como dados objetivos, mas como estruturas “historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas)” (CHARTIER, 1990, p. 27). Isso aponta que a História pode ser compreendida como um estudo de processos que constroem um sentido, através de práticas complexas, diferenciadas e múltiplas, que a constroem também como uma forma de representação e tem como principais agentes os atores sociais que constituem através de suas “práticas” e “representações” o seu mundo social. (CHARTIER, 1990)

Utilizarei, ainda, enquanto base teórica principal, a Análise do Discurso de vertente francesa, considerando todo o campo social, político e cultural no qual Antônio Lopes da Cunha estava inserido e transitava: sua trajetória intelectual, os ambientes sociais em que o autor transitava, as instituições em que participava, suas teias relacionais e as pessoas com quem dialogava e debatia.

³ “As [...] representações do mundo social – que a revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. ” (CHARTIER, 1990, p. 19)

⁴ A “apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais que são (sociais, institucionais, culturais), e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 1990, p. 26)

Relaciono, portanto, o texto ao autor e a seu contexto. Marco Antônio Lopes observa que, ao constituir a análise do discurso de um determinado autor e sua produção intelectual,

Será preciso considerar, ainda os diferentes contextos da vida de um autor, acompanhando sua trajetória, e atendendo para as nuances existentes entre os diferentes textos. De mais a mais, será necessário buscar a compreensão de um autor no diálogo que ele estabelece com a tradição intelectual, a anterior a seu tempo. (LOPES, 2002, p.56)

Ainda segundo (LOPES, 2002, p. 58), "um autor é sempre um autor, acompanhado de suas circunstâncias." Nesse sentido, ao se constituir a análise sobre determinado autor e sua obra, analisa-se o discurso desenvolvido, fazendo com que os signos e símbolos empregados sejam dotados de significados pertinentes à relação existente entre o homem e seu contexto histórico e socialmente construído.

Deste modo, a linguagem e a escrita agem como mediadoras entre o homem e a sua própria realidade social. Portanto, visando a compreensão da construção textual constituída por Antônio Lopes da Cunha e o discurso presente em suas entrelinhas, tecerei também ao longo deste trabalho um breve panorama do contexto no qual o autor inseria-se e o modo como o influenciou.

Nesse sentido, operacionalizarei com os conceitos presentes nas obras do filósofo francês Michel Foucault (2006, 2010) e do linguista francês Dominique Maingueneau (2008).

Foucault deu ênfase aos aspectos extralinguísticos presentes na formação discursiva, as relações de poder presentes no discurso sob uma perspectiva que objetiva descortinar o campo de existência e funcionamento das práticas discursivas a partir das relações de forças e dos jogos de poder existentes no âmago das próprias práticas discursivas e nas relações que se desenvolvem entre os mais diversos campos discursivos. Este autor aponta que:

Princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez, fatos do discurso que merecem ser analisados ao lado de outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis. (FOUCAULT, 2010, p. 25)

Dominique Maingueneau (2008), por sua vez, em sua obra *Gênese dos Discursos*, desenvolve o conceito de "coerções semânticas globais" que se manifestam nas restrições aos "planos discursivos", que são: o vocabulário, os temas, as instâncias de enunciação. As "coerções semânticas globais" que se desenvolvem-se a partir do conceito de "sistemas de

restrições discursivas", em que um discurso se constitui também através das restrições de outro discurso em determinada época ou momento histórico.

Maingueneau apresenta-nos ainda a noção-chave de "heterogeneidade discursiva", na qual a "interdiscursividade inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva que amarra, em uma relação inextrincável, o Mesmo do discurso e seu Outro." (MAINGUENEAU, 2008, p.31)

Trabalharei as fontes em suas múltiplas dimensões, com a consciência de que são uma produção da sociedade que as fabricou, condicionadas, portanto, às relações de força, poder e dominação que permeiam as teias relacionais dessa sociedade e suas próprias intencionalidades. Nesse sentido, operacionalizarei com o que Foucault considera como uma genealogia do poder e uma arqueologia do saber, problematizando o documento a partir das relações de poder e dominação, assim como o discurso de saber, que permeiam sua construção. (FOUCAULT, 2001)

Diálogo também com o conceito de documento como monumento de Jacques Le Goff, que permite a reconstituição da memória coletiva e sua recuperação, dando ao historiador o ferramental teórico necessário para usá-lo cientificamente, transferindo-o do campo da memória para o da ciência histórica (LE GOFF, 1992).

Assim como Bakhtin, buscarei abordar o texto como produção: "como reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo." (BAKHTIN, 2011, p.318)

As fontes documentais compreendem o primeiro número da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, publicado em 1926; as edições do jornal *Pacotilha* entre 1914 e 1925, periódicos em que Antônio Lopes da Cunha desenvolveu a sua escrita e tinha espaço privilegiado para a publicação e divulgação dos seus objetivos e ideias, além de garantir sua autoafirmação no universo letrado maranhense do período e dar legitimidade necessária à sua produção intelectual. Utilizo, também, o livro *Alcântara: Subsídios para a História de uma cidade*, obra que é estudada de modo pormenorizado na pesquisa.

Também construirei a pesquisa em consonância com outros trabalhos teóricos e temáticos que analisam a produção da historiografia maranhense do período da Primeira República brasileira: Almeida (1983); Borralho (2010; 2011); Costa (2002); Martins (2006) e Silva (2008).

Visando atingir os objetivos de análise propostos, a dissertação está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *O Maranhão de Antônio Lopes da Cunha na Primeira República: política, economia, sociedade e cultura*, está subdividido em quatro tópicos principais, visando a tessitura de um breve panorama do contexto político, econômico, social e cultural do Maranhão e de São Luís na época da Primeira República Brasileira, Estado e cidade em que viveu Antônio Lopes da Cunha, onde teceu suas relações sociais e desenvolveu sua obra intelectual.

O primeiro tópico do capítulo intitula-se *As Relações Políticas: conflitos e disputas oligárquicas*, no qual é apresentado uma pequena análise sobre a realidade política maranhense durante o primeiro período republicano.

O segundo tópico é intitulado *A Economia maranhense na Primeira República brasileira: ascensão e crise da indústria e reestruturação no setor agrícola e extrativista*. Aborda as transformações econômicas que ocorreram no Maranhão durante o período aqui estudado.

No terceiro tópico, intitulado *Um Panorama social de transformações, modernização e exclusão*, constitui um panorama da realidade social da São Luís de Antônio Lopes da Cunha. Uma cidade que almejava por “progresso” e “desenvolvimento” associado à pretensa ideia de modernização, porém com serviços públicos ainda precários e demarcada pela exclusão.

No quarto e último tópico, *Os Novos Atenienses”: a construção do discurso decadentista nostálgico em meio à fundação de instituições*, analisa-se as transformações culturais ocorridas no Maranhão da época, centrando nos intelectuais autodenominados Novos Atenienses, dos quais fazia parte Antônio Lopes da Cunha.

O segundo capítulo, intitulado *Antônio Lopes da Cunha e o seu contexto*, é dividido em três tópicos principais, nos quais abordo o personagem objeto de estudo, a partir das tensões existentes na estrutura social na qual ele estava inserido. Levando em conta o tempo e o espaço nos quais construiu sua escrita, os temas, motivos, valores, normas e padrões frutos de seu tempo, objetivando a compreensão da sua escrita; unindo autor, texto e contexto. Teço ainda um breve resumo biográfico de sua trajetória até 1926.

O primeiro tópico desse capítulo é intitulado *Antônio Lopes da Cunha, vida e obra: um breve resumo biográfico*, no qual apresento uma pequena biografia do autor, sua vida, trajetória intelectual, política, familiar, social e profissional.

O segundo tópico é intitulado *Antônio Lopes da Cunha e os Novos Atenienses: filiação à Atenas, a construção simbólica da identidade letrada maranhense*. Esse item trabalha a reprodução no imaginário local do mito da “Atenas Brasileira” por parte dos intelectuais “novos atenienses”, grupo no qual Antônio Lopes da Cunha era agente partícipe.

Já o terceiro e último tópico desde capítulo, intitulado *Antônio Lopes da Cunha e a fundação do IHGM: o lugar institucional de onde parte o discurso*, versará sobre a fundação do hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), em 1925, e seu processo de consolidação. Este foi um dos principais lugares sociais de onde partia o discurso de Antônio Lopes da Cunha. Abordarei o processo de fundação do Instituto e seus objetivos, a constituição de sua primeira sede e seu museu, os agentes fundadores do IHGM, as relações sociais por eles desenvolvidas e a construção de um projeto de identidade vimezanense ligado à Atenas Brasileira, bem como o seu modelo de escrita da História, dialogando com trabalhos sobre a produção historiográfica de instituições congêneres ao IHGM: FERREIRA (2002), GUIMARÃES (1988) e SCHWARCZ (2003).

O terceiro e último capítulo, *Antônio Lopes da Cunha e sua produção escrita*, visa uma breve análise historiográfica sobre o discurso construído por ele em seus artigos *Marília e Dirceu*, *o Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão* e *Armorial Maranhense*, presentes nas páginas da primeira Revista do então Instituto de História e Geographia do Maranhão, hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), publicada em julho de 1926. E no livro escrito por Antônio Lopes da Cunha *Alcântara: Subsídios para a História de uma cidade*.

Este terceiro capítulo é dividido em três tópicos principais.

O Primeiro tópico do presente capítulo é intitulado *Antônio Lopes da Cunha nas páginas da primeira Revista do IHGM*, no qual descrevo a forma da revista, o número de páginas, o número de artigos e notas, seus títulos e autores, bem como as variadas temáticas trabalhadas, pois, além da história e da geografia, perpassavam outros campos do conhecimento como arqueologia, literatura, etnologia, os estudos genealógicos de famílias e notas relativas ao Maranhão e sua realidade. Nos artigos é comum observar a inexistência de referências bibliográficas ou fontes citadas, à exceção do artigo *Armorial Maranhense*. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926)

Analiso os enunciados presentes nos três artigos no campo do discurso e nas relações que lhe são suscetíveis (FOUCAULT, 2010, p. 35), trabalhando a relação existente entre o conteúdo dos artigos, a instituição na qual foram produzidos e o mundo no qual foram consumidos (MAINGUENEAU, 2008). Refiro-me ao mesmo tempo "a um saber e a um conjunto de práticas, de instituições." (MAINGUENEAU, 2008, p. 127). Trabalho Antônio Lopes da Cunha como "um homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios" (BAKHTIN, 2011, p. 319).

O artigo *Marília e Dirceu*, escrito e publicado inicialmente no Rio de Janeiro, e republicado na Revista do Instituto de 1926. Nele o autor realizou uma crítica literária acerca

da veridicidade de algumas fontes utilizadas por historiadores da literatura brasileira sobre episódios concernentes à Inconfidência Mineira (1789), mais precisamente a relação existente entre Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (Marília) e Tomaz Antônio Gonzaga (Dirceu), importantes agentes dentro do processo de construção do movimento inconfidente.

O artigo *Dicionário Histórico e Geographico do Maranhão*, no qual o autor analisou o Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão, obra homônima do maranhense César Augusto Marques, escrita no século XIX, publicada pela primeira vez em 1864, sob o título *Apontamentos para o Dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão*. A organização de um dicionário dessa natureza era um dos principais objetivos a que se propunha o IHGM, previsto em seu primeiro regimento.⁵

O artigo *Armorial Maranhense*, no qual o autor realizou a constituição da História do Maranhão a partir da trajetória de algumas famílias maranhenses colocadas como integrantes de uma nobreza local, também trabalhou a heráldica dos brasões e armas do Estado e suas origens, exaltou o Maranhão e seu passado.

No segundo tópico do presente capítulo intitulado: *Alcântara: subsídios para a História de uma cidade*. tecerei uma breve análise dessa obra sob a perspectiva da análise do discurso. Nessa obra, o autor desenvolveu uma narrativa sobre a História da cidade de Alcântara, desde o início de sua ocupação por povos indígenas, então chamada de Tapuitapera e Cumã, perpassando todo o período colonial. É um trabalho feito sob uma perspectiva linear, abrangendo a ocupação, formação e ascensão da cidade.

Esse livro que oferece-nos uma chave interessante para a compreensão da ideia de narrativa histórica presente nas obras do autor, então já colocada como saber científico oficial no âmbito da escrita da História, permite-nos ainda uma reflexão sobre a metodologia do trabalho com as fontes e o modo de problematização das mesmas, defendido por Antônio Lopes da Cunha, e como esteve presente na escrita do autor a valorização de um modelo de narrativa histórica pautada pela cientificidade, com a construção de um conceito de História, como modo de autoafirmação da identidade local em um momento no qual o Maranhão politicamente e economicamente já ocupava uma posição periférica a nível nacional e regional.

Um modelo de História linear, baseado em uma narrativa épica e nostálgica de um passado grandioso de significação maranhense, construído por um intelectual que via nessa representação sobre o passado, a partir de práticas colocadas como científicas, um modo de

⁵ Art. III do Regimento Interno, publicado em (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 61-62).

inserção do Maranhão no âmbito nacional por meio da elaboração da sua própria singularidade regional como meio de autoafirmação.

Nesta dissertação realizo, portanto, um trabalho de análise do discurso construído por Antônio Lopes da Cunha quanto ao sentido de história narrada, o projeto de Maranhão e a construção da identidade maranhense. Viso a compreensão de um discurso apresentado pelo autor a partir do prisma de um saber científico, constituindo para si um estatuto de saber oficial sobre a História local que construísse uma representação do passado maranhense, que servisse de modelo para a construção do futuro de modo grandioso.

Antônio Lopes da Cunha tinha uma visão da História como ciência, pautada nos valores herdados de um fazer historiográfico em sintonia com o arcabouço iluminista e com elementos ligados ao romantismo, ao positivismo histórico de vertente francesa de Seignobos e Langlois e ao historicismo rankeano alemão, nota-se desse modo, a valorização das fontes documentais no âmbito da escrita da História e do exercício do ofício do historiador, como forma de acesso ao passado.

Passado esse que nos apresenta reproduzido textualmente e inventado historiograficamente em torno de quatro elementos principais organizados linearmente: a fundação francesa da cidade de São Luís, a épica colonização portuguesa que se seguiu, a Revolta de Beckman e o “mito” da Atenas Brasileira, que sintetizava uma identidade da vocação maranhense no âmbito das letras e da produção intelectual.

No âmbito da escrita da História, portanto, notou-se um trabalho apurado quanto à veridicidade das fontes e a necessidade de criação de um modelo de narrativa histórica pautada pela cientificidade, que era destacada por Antônio Lopes da Cunha com a construção de um conceito de História ligada a autoafirmação da identidade regional.

Assim, o autor valorizou o regionalismo, a tradição local e a exaltação entusiástica do projeto identitário da Atenas Brasileira. Construto social elitista inserido em modelo de narrativa histórica trabalhado pelo intelectual maranhense de modo linear e contínuo: indo da fundação francesa da cidade de São Luís, passando pela heroica colonização portuguesa e seguindo para a era de ouro, expressa pela Atenas e a singularidade da grandeza intelectual maranhense, chegando finalmente ao presente, lido sob a ótica do marasmo e da decadência, mas que poderia ser superado, pautado nos elementos do passado.

A partir das práticas de Antônio Lopes da Cunha, enquanto um sujeito individual, suas estratégias e representações sobre o mundo social no qual encontrava-se inserido e o modo como desenvolveu uma leitura própria e singular desse mundo, o interpretou e agiu sobre ele, farei uma abordagem interpretativa de reconstituição do passado, focalizada no autor e suas

ações dinâmicas sobre a realidade local de São Luís, constituindo, assim, um arcabouço teórico metodológico para a compreensão do sentido da História narrada por ele e seu projeto de Maranhão.

Com este trabalho, espero apontar, a partir da obra de Antônio Lopes da Cunha, para a necessidade do aprofundamento dos estudos das questões que perpassam o campo da História, sobre a compreensão do Maranhão, sua identidade e a escrita da sua História na Primeira República brasileira.

1. O MARANHÃO DE ANTÔNIO LOPES DA CUNHA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: Política, Economia, Sociedade e Cultura

Visando uma breve análise sobre o contexto histórico no qual o autor realiza a tessitura do seu discurso, o presente capítulo visa a compreensão do panorama social, político e econômico do Maranhão durante a Primeira República brasileira.

1.1 AS RELAÇÕES POLÍTICAS: CONFLITOS E DISPUTAS OLIGÁRQUICAS

A década de 1880 conjugou-se como um momento de rupturas e renovações dentro do grupo oligárquico, que então, dominava o poder político no Maranhão. Paralelo à crise política nacional com o advento do nascimento da República (1889)⁶, tivemos a morte de velhos líderes que haviam dominado a cena política maranhense durante o período do Segundo Reinado, (1840-1889): o Visconde Vieira da Silva⁷ e o Barão de Grajaú em 1889.⁸ Além do afastamento de nomes de expressão como Filipe Franco de Sá⁹ e Antônio Marcelino Nunes Gonçalves.¹⁰ (REIS, 1992, p.46-47)

⁶ O movimento civil-militar que politicamente demarcou o fim do Regime Imperial Brasileiro (1822-1889) e instaurou no país a República, em 15 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro, promoveu já em seu início uma série de transformações significativas na administração pública nacional, ainda no período do governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), foi definido como regime político a República Federativa; houve a dissolução das Assembleias Provinciais e Câmaras Municipais; foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte e promulgada em 1891 uma nova constituição em substituição a antiga Constituição de 1824; oficializou-se a separação entre Igreja e Estado e instituiu-se um novo Código Penal.

⁷Luís Antônio Vieira da Silva (1828-1889): o Visconde de Vieira da Silva, nasceu em Fortaleza na então província do Ceará, em 2 de outubro de 1828. Fez os primeiros estudos no Rio de Janeiro e formou-se em Direito pela Universidade de Heidelberg, no então Grão-Ducado de Baden, atual Alemanha em 1849. Foi advogado, banqueiro e político. No âmbito legislativo exerceu os cargos de: deputado Provincial do Maranhão, 11^a Legislatura 1860-1861, deputado da Assembleia Geral Legislativa 1867-1868, deputado da Assembleia Geral do Maranhão, 14^a Legislatura - 1869-1871, Senador do Império, de 1871 a 1889. Nos cargos Executivos, foi Presidente da Província do Piauí 1869-1870 e Presidente da Província do Maranhão em 1876. Vindo a falecer em 03 de novembro de 1889.

⁸Carlos Fernandes Ribeiro: o Barão de Grajaú, maranhense, político exerceu o cargo de vice-presidente da província do Maranhão, tendo exercido a presidência interinamente seis vezes, de 28 de março a 17 de maio de 1878, de 27 de maio a 24 de julho de 1880, de 6 de maio a 25 de setembro de 1883, de 2 de março a 18 de setembro de 1884, de 16 de maio a 23 de junho de 1885, e de 30 de junho a 3 de agosto de 1889.

⁹ Filipe Franco de Sá (1841-1906): Maranhense nascido na cidade de Alcântara, formado em direito, foi magistrado e político brasileiro. Exerceu as funções públicas de promotor, ministro da Guerra, ministro dos Assuntos Estrangeiros, deputado geral e senador do Império do Brasil de 1882 a 1889.

¹⁰Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1823-1889), o Visconde de São Luís do Maranhão, maranhense nascido em Rosário, foi advogado, magistrado, jornalista, escritor e político. Formado bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas em 1845 em Olinda, Pernambuco, durante o Império brasileiro exerceu as funções públicas de Juiz, Delegado de instrução pública, integrante do Partido Conservador, foi deputado provincial do Maranhão, Presidente da Província do Rio Grande do Norte (1858-1859), do Ceará (1859-1861) e de Pernambuco (1861-1862) e senador imperial do Maranhão de 1865 a 1889.

Uma nova geração, nascida politicamente no seio da oligarquia local, tomava a cena. Nascidos nas décadas de 1850 e 1860, predominantemente bacharéis formados pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife. Fizeram carreira na administração pública de Estado nomes, como Manuel Bernardino da Costa Rodrigues¹¹, Benedito Pereira Leite¹², Luís Antônio Domingues da Silva¹³, Urbano Santos da Costa Araújo¹⁴, Manuel Inácio Belfort Vieira¹⁵ e Francisco da Cunha Machado¹⁶. Esta recomposição oligárquica que se iniciou na década de 1890, de acordo com Reis, foi demarcada por dois processos principais:

(...) de um lado, o encaminhamento das disputas em torno da herança das redes de lealdades que existiam nos antigos agrupamentos políticos, construção de acordos, afirmação de novas siglas e clarificação das novas lideranças no cenário regional; de outro, a instabilidade inicial dos esquemas de sustentação política do poder central. (REIS, 1992, p. 47)

O que provocou um breve período de instabilidade e fragmentação em meio à organização de dois partidos políticos principais no âmbito local em 1891: o PR (Partido Republicano) sob a direção de Manuel Bernardino da Costa Rodrigues e o PN (Partido Nacional) sob a égide de Benedito Pereira Leite, jovem político em ascensão que entre 1893

¹¹ Manuel Bernardino da Costa Rodrigues (1853-1929) Político Maranhense de expressão na primeira República Brasileira (1889-1930), foi deputado federal do Maranhão de 1891 a 1896 e de 1906 a 1913, exerceu ainda o cargo de senador do Maranhão de 1915 até o seu falecimento em 1929.

¹² Benedito Pereira Leite (1857-1909) político maranhense, nascido em Rosário, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, foi um dos membros da Junta Governativa Maranhense de 1891 e exerceu os cargos de deputado federal do Maranhão entre 1892 e 1896; senador do estado do Maranhão entre 1896 e 1906 e Presidente de Estado do Maranhão, de 1 de março de 1906 a 25 de maio de 1908.

¹³ Luís Antônio Domingues da Silva (1860-1922) político maranhense, nascido em Turiaçu, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, deputado geral do Império pela então província do Maranhão de 1886 a 1889; deputado federal do Maranhão entre 1892 e 1910 e entre 1915 e 1922; presidente do Estado do Maranhão entre 1910 e 1914.

¹⁴ Urbano Santos da Costa Araújo (1859-1922) maranhense, nascido em Guimarães, formou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife, em 1882, como jurista exerceu os cargos de juiz municipal das cidades maranhenses de Coroatá, São Bento e São Vicente Ferrer, foi ministro da Justiça e Negócios Interiores, entre 3 de dezembro de 1918 e 28 de julho de 1919, durante a presidência de Delfim Moreira. Político de expressão nacional, exerceu ainda os cargos de deputado federal do Estado do Maranhão entre 1897 e 1905, presidente do Estado do Maranhão em 1913, senador do Estado do Maranhão entre 1906 e 1914 e vice-presidente do Brasil de 1914 a 1918, durante a presidência de Venceslau Brás. Assumiu interinamente a presidência do Brasil em 1917. Voltou a ser eleito para a vice-presidência na chapa de Artur Bernardes em 1922, porém veio a falecer antes de ser empossado.

¹⁵ Manuel Inácio Belfort Vieira (1854-1913) Maranhense, nascido em São Luís. Político e Militar, engenheiro geógrafo formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, iniciou carreira na Marinha em 1871. Exerceu os cargos de presidente do Estado do Maranhão entre 1890 e 1891; deputado federal do Estado do Amazonas entre 1891 e 1892; retornou à presidência do Estado do Maranhão entre 1892 e 1895; e foi senador do Estado do Maranhão entre 1897 e 1909; enquanto militar exerceu ainda o cargo de Ministro da Marinha durante o governo Hermes da Fonseca entre 1912 e 1913.

¹⁶ Francisco da Cunha Machado (1860-1933) Maranhense, nascido em São Luís. Bacharelou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Recife, em 1881. Foi chefe de polícia de São Luís, promotor público em São Luís e nos municípios maranhenses de Grajaú e Alcântara, juiz substituto de São Luís, juiz de direito do município de Brejo e desembargador do Supremo Tribunal de Justiça. Como político exerceu os cargos de deputado federal do Maranhão entre 1904 e 1923 e senador do Maranhão entre 1923 e 1930.

e 1897 consolidou-se como a principal liderança no Estado até seu falecimento em 1909. (REIS, 1992, p. 50-51)

Benedito Pereira Leite, eleito pelo Partido Republicano (PR) a presidente do Estado do Maranhão para o quadriênio de 1906 a 1910, não veio a completar o mandato. Seu falecimento em 1909, levou o partido situacionista local (PR) a dividir-se em duas facções: uma liderada pelo então senador, José Eusébio de Carvalho Oliveira¹⁷ e a outra sobre a liderança do também senador, Urbano Santos da Costa Araújo (REIS, 1992, p. 55). Apesar das disputas iniciais, os dois grupos acabaram por constituir um acordo, visando conter o avanço de grupos oposicionistas e manter o controle sobre os principais cargos políticos do Estado.

Urbano dos Santos da Costa Araújo consolida sua liderança por meio da mediação entre o poder federal da presidência da República e o poder local da presidência estadual. Através de um acordo realizado com a mediação do Presidente da República, Nilo Peçanha, que assumiu a presidência após a morte de Afonso Pena em 1909, ficou estabelecido que o governador do quadriênio compreendido entre 1910 e 1914 seria Luís Antônio Domingues da Silva, com o Partido Republicano (PR) controlado por Urbano Santos, sendo majoritário na assembleia estadual e nas intendências municipais (prefeituras).

No presente quadriênio, Antônio Lopes da Cunha retorna a São Luís, em 1911, após bacharelar-se em Direito no Recife, com notas nos Jornais Locais, entre os quais a Pacotilha, o de maior circulação na cidade à época: "volveu-se hoje, do Recife onde acaba de se bacharelar o nosso distinto confrade Dr. Antônio Lopes da Cunha" (Jornal Pacotilha, 1911, p. 01). Iniciando o trabalho na Advocacia no âmbito local e no Magistério com a cadeira de História da Literatura no Liceu Maranhense.

Casando-se ainda no ano seguinte de 1912, aos 22 anos de idade, com a jovem de 18 anos Maria de Lourdes Smith Torreão da Costa, natural do município de Itapecuru Mirim e filha do então desembargador João Gualberto Torreão da Costa, amigo de seu pai o ex-desembargador e ex-governador do estado, Lopes da Cunha.¹⁸

Luís Domingues ensaiou certa autonomia, porém, desagradando as partes que o apoiaram, foi controlado por Urbano Santos que, com seu trânsito e influência em nível federal junto à presidência da República, acabou se sobressaindo em relação ao Presidente de Estado e

¹⁷ José Eusébio de Carvalho Oliveira (1869-1925) Piauiense, nascido em Campo Maior. Político e Jurista, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife, enquanto magistrado e jurista exerceu os cargos públicos de procurador fiscal da tesouraria da fazenda, promotor público de Codó, procurador-geral do Estado, Juiz substituto de São Luís, inspetor do tesouro público e Juiz Municipal de Pedreiras; no âmbito político exerceu os cargos de deputado federal do Maranhão entre 1900 e 1908 e senador do Maranhão entre 1909 e 1925.

¹⁸ Informações retiradas do Edital de Proclamas do Casamento presente no Jornal Pacotilha em sua edição de 11 de janeiro de 1912, número 10, p.03.

ao senador José Eusébio de Carvalho Oliveira, passando a ter em suas mãos o controle do PR e da política maranhense até seu falecimento em 1922, controlando e influenciando as ações dos presidentes de Estado. Luís Domingues concluiu seu mandato, assumindo uma cadeira na Câmara Federal.

Para o quadriênio subsequente, compreendido entre 1914 e 1918, o PR escolheu Herculano Nina Parga para o exercício da presidência do Estado. Ele era partidário direto de Urbano Santos, que por sua vez, assumiu a vice-presidência da República na chapa do político mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918). (MEIRELES, 2001, p. 292-293)

Politicamente, a década de 1920 inaugurou-se com Urbano Santos da Costa Araújo chefiando o executivo maranhense em seu derradeiro mandato (1918-1922). Deputado Federal entre 1897 e 1905, senador entre 1906 e 1914 e vice-presidente da República entre 1914 e 1918, foi um dos principais chefes políticos locais durante a República Velha (1889-1930).

Urbano Santos assumiu, após a morte de Benedito Leite em 1908, a liderança da oligarquia local. Mas, ainda assim, enfrentava oposições de grupos organizados contrários ao seu domínio sobre o poder de Estado no Maranhão. Em 1922, por exemplo, organizou-se a “Reação Republicana”, que em nível nacional lançou as candidaturas de Nilo Peçanha à presidência da República e J.J. Seabra a vice presidência, os dois candidatos que representavam os interesses de oligarquias menores como as do Rio de Janeiro e da Bahia, contrárias à política do café-com-leite capitaneada pelas oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais; destinada a opor-se à candidatura oficial de Arthur Bernardes, cujo vice presidente era Urbano Santos. (MEIRELES, 2001, p. 293-298)

No Maranhão a reação republicana fez-se representar por diversos setores descontentes sob a liderança de dois políticos principais: Tarquínio Lopes Filho e o ex-presidente de Estado Herculano Parga. Eles constituíram um movimento conhecido como a “Quartelada do Palácio dos Leões”, que por algumas horas chegou a derrubar o então presidente de Estado no Maranhão Raul Machado, importante aliado de Urbano Santos. Mas a Revolta acabou reprimida pelas forças militares estaduais e federais. Sobre o movimento, Mario Meireles descreve que:

Na madrugada de 26 de abril de 1922, o tenente Sebastião Corrêa, comandando a tropa, com que se solidariza o povo, ocupou militarmente o palácio. Raul Machado, convidado a renunciar, negou-se e ali ficou detido, enquanto uma junta Governativa, organizada de momento, assumiu o governo, sob a presidência do dr. Tarquínio Lopes Filho (...) Foi por demais efêmera a vitória, porém (...) As 23h30 do mesmo dia 26, o tenente coronel Cunha Leal, comandante do 24º Batalhão de Caçadores, cumprindo ordens do Governo Central, depôs o vice-presidente. (MEIRELES, 2001, p. 293-298)

Urbano Santos ainda indicou seu sucessor, Godofredo Viana¹⁹, porém sua liderança no Maranhão findou após sua morte em maio de 1922. Godofredo Mendes Viana, até então senador, cargo que ocupava desde 1921, foi lançado como candidato pelas forças situacionistas para o exercício da presidência do Estado no quadriênio compreendido entre 1922 e 1926. Sua candidatura inseria-se dentro de uma lógica comum no âmbito da reprodução da ordem oligárquica existente no Maranhão durante a Primeira República, no qual o candidato previamente escolhido pelo poder situacionista para o exercício futuro da presidência do Estado era um senador, cargo que ocuparia até o período governamental em curso, após o qual se realizava uma troca, um assumia a Presidência do Estado e o outro o cargo deixado vago no senado federal. (REIS, 1992, p. 67)

Godofredo Viana em seu quadriênio teve que lidar com sérias dificuldades, até mesmo de ordem climática, uma vez que tivemos fortes invernos, principalmente em 1924, ocasionando a paralisação de linhas férreas e estradas, enchentes, o alagamento de campos, cidades e povoados, a perdas de safras agrícolas. Isto refletiu nas receitas estaduais, obrigando o governo a dispensar tributos referentes aos municípios atingidos e despender vultosos auxílios de ordem financeira. (MEIRELES, 2001, p. 299)

Também tivemos a passagem da Coluna Prestes²⁰ pelo Estado em 1925, que percorreu um total de 26 municípios maranhenses, exigindo que o executivo estadual viesse a despender recursos com vias ao financiamento das forças de repressão à Comuna.

Nesse período, o governo estadual, face a pressões de setores da classe média urbana de São Luís, dotou a capital maranhense de serviços ligados a melhorias na infraestrutura urbana, como a ampliação do abastecimento de água, da rede de esgotamento sanitário, da rede de energia elétrica e a implantação do sistema público de transporte de bondes movidos à tração elétrica, que vigorou até a década de 1960. A concessão sobre a exploração desses serviços foi cedida a empresas estrangeiras, como a Brighton & Co. Inc, e tais empreendimentos, financiados por empréstimo junto à empresa Norte Americana Ulen & Co, em um montante total de 1.5 milhão de dólares. (MEIRELES, 2001, p. 300)

¹⁹ Godofredo Mendes Viana (1878-1934): Maranhense, nascido na cidade de Codó, político, escritor, professor, advogado e juiz federal. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia. Foi o autor do projeto de Código de Processo Civil do Estado do Maranhão, que vigorou até 1939, quando foi editado O Código de Processo Civil da União que revogou os Códigos estaduais. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras. Presidente de Estado do Maranhão, entre 1923 e 1926.

²⁰ Movimento de ordem político-militar que na década de 1920, ligado ao tenentismo, percorreu o território brasileiro, exigindo a derrubada das instituições políticas ligadas à República Velha e à implantação do voto secreto, a defesa do ensino público e a obrigatoriedade do ensino secundário para toda população.

Os fatores já citados foram ainda determinantes para um aumento da dívida pública do Estado do Maranhão durante o quadriênio de Godofredo Viana. Aumento esse na ordem de 33% quanto à dívida interna e 46% quanto à dívida externa, resultando em uma dívida pública total na ordem de 17.265:800\$000 para o ano de 1926. (MEIRELES, 2001, p. 300)

O falecimento de Urbano Santos em 1922 representou, ainda, a reestruturação do poder Oligárquico no Maranhão e a constituição de um processo de renovação interna dentro dos grupos que constituíam o poder de Estado na década de 1920, configurada, com a morte dos principais representantes políticos da geração nascida entre 1850 e 1860: Urbano Santos (1922), Luiz Domingues (1922), José Eusébio (1925) e Costa Rodrigues (1929). (REIS, 1992, p. 67)

Tal processo de renovação interna da oligarquia local ampliou a margem de conflito entre as principais lideranças políticas, o que dividiu a oligarquia situacionista e gerou uma crise política devido às dificuldades em se controlar as pressões advindas da nova geração que ansiava por maiores espaços no ambiente político. Sobre o presente quadro, Flávio de Moura Reis observa que,

a ampliação da margem de atrito entre as lideranças; e um dos sinais de que ela pode resultar em crise política, geralmente expressa na fragmentação da oligarquia, é a dificuldade de controlar as pressões por ascensão vindas de uma nova geração. (REIS, 1992, p. 67)

Essa renovação, ocorrida na década de 1920, liberou as tensões até então represadas entre os agentes políticos locais e intensificou as insatisfações internas da oligarquia maranhense (REIS, 1992, p. 67), resultando na formação de três grupos políticos principais que entraram em luta aberta entre si eram eles os: *Magalhãesistas*, *Marcelinistas* e *Tarquínistas*. (CALDEIRA, 1981, p.25) Campo de batalha no qual o novo presidente de Estado recém-eleito, Godofredo Viana, e seu vice, o desembargador aposentado Francisco da Cunha Machado, tiveram de se deparar durante a sua gestão.

Os três grupos passaram a lutar pela hegemonia política no Maranhão: os *Magalhãesistas*, assim conhecidos por serem liderados por José Maria Magalhães de Almeida²¹, oficial da marinha e Presidente do Estado durante o quadriênio compreendido entre 1926 a 1930, genro do oligarca Urbano Santos, considerado após a morte do sogro em 1922, seu principal herdeiro político; os *Marcelinistas*, cuja principal liderança era o deputado federal

²¹ José Maria Magalhães de Almeida (1883-1945): maranhense nascido no município de Codó, militar de carreira, oficial da marinha e político, deputado federal (1921-1924), senador (1925- 1926) e presidente de Estado no Maranhão (1926 -1930).

Marcelino Machado, genro do antigo líder Benedito Leite; e os *Tarquinistas*, que tinham como principal representante político o médico Tarquínio Lopes Filho.

O grupo *Magalhãesista* correspondia aos integrantes do PR (Partido Republicano) governista, partido que ocupou a presidência do Estado do Maranhão, durante quase todo período da Primeira República, exceto no quadriênio compreendido entre 1906 e 1910, período no qual a chefia do executivo estadual ficou sob a égide de Benedito Pereira Leite por três anos (1906-1908). Eram formados em sua maioria por latifundiários rurais, comerciantes, agroindustriais, altos funcionários da administração estatal e profissionais liberais, como médicos, farmacêuticos e advogados. Havia ainda a presença de muitos intelectuais cooptados mediante empregos na administração pública estadual. (CALDEIRA, 1981, p. 25-26)

Todavia, a base de apoio do PR governista não se resumia apenas a esses grupos constituintes da elite econômica e/ou intelectual local, o partido também possuía sólidas bases sobre setores mais populares, contando, ainda, com representantes junto a alguns setores do operariado urbano do pequeno parque industrial do Estado. Durante a legislatura compreendida entre o quadriênio de 1926 a 1930, por exemplo, foram eleitos pelo PR governista enquanto representantes do operariado urbano na câmara estadual o advogado Raimundo Valle Sobrinho e na câmara municipal da cidade de São Luís o operário João Procópio Ramos. (CALDEIRA, 1981, p. 26)

O PR tinha como principal aliado político o PRF (Partido Republicano Federal), liderado pelo deputado Clodomir Cardoso. Este era advogado, jornalista e escritor. Foi ainda um dos mais importantes empresários maranhenses da época, sócio da empresa Cândido Ribeiro & Cia, da qual faziam parte duas das mais importantes fábricas de São Luís, a Fábrica da Camboa e o Cotonifício Cândido Ribeiro, ambas com centenas de operários. As bases do PRF eram constituídas por integrantes que geralmente seguiam a mesma orientação do PR situacionista. (CALDEIRA, 1981, p. 27)

Quanto às práticas políticas do grupo *magalhãesista*, Caldeira aponta que se caracterizava pela negação das benesses de Estado aos seus adversários políticos e a centralização política em torno de poucos dirigentes do grupo oligárquico, o que permitia reproduzir uma complexa, mas bem estruturada rede de mandonismo local, pautada pela reprodução da legitimidade política através da manipulação eleitoral dos grupos camponeses do interior do estado:

caracterizava também a prática política do grupo magalhãesista a quase nenhuma extensão de benefícios ou concessão política aos seus adversários. (...) A Centralização do poder de Estado e da maioria dos municípios em torno

dos integrantes do PR governista permitia a estes preservar o tipo de dominação mandonista, através da qual extraíam, sobretudo da massa camponesa dos latifúndios, o voto manipulado, que assegurava a “legitimidade” e a continuidade daquele grupo no poder. (CALDEIRA, 1981, p. 28)

No que diz respeito às relações políticas desenvolvidas no âmbito federal, os *margalhãesistas* realizavam a intermediação política entre os grupos dirigentes municipais e o poder federal em uma relação de trocas de favores que beneficiava ambas as partes dentro da lógica estrutural da política dos governadores hegemônica a época. Como exerciam de modo quase absoluto o controle sobre o aparelho e a burocracia de Estado no Maranhão, e contavam com apoio dos setores agrários constituídos por grandes proprietários, além de camponeses e posseiros que constituíam a maior parte da população maranhense, conseguiram consolidar um vasto sistema de dominação política oligárquica que se estruturava em instâncias diversas e se articulava em todos os três níveis do poder político: municipal, estadual e federal. (CALDEIRA, 1981, p. 28)

Dentro do processo eleitoral, utilizavam ainda práticas consideradas comuns na cultura política da República Velha, o qual podemos citar: *o voto de cabresto*²², *o bico de pena*²³, o falso alistamento eleitoral, as atas falsificadas, utilizadas em grande escala no interior do Maranhão, região ao qual os *margalhãesistas* extraíam sua principal base de sustentação eleitoral. Porém, tais práticas não podiam ser imputadas somente ao grupo dirigente situacionista, pois os grupos oposicionistas também se utilizavam dos mesmos instrumentos em seus *redutos* eleitorais. (CALDEIRA, 1981, p. 29)

Quanto ao grupo *Marcelinista* reunia-se em torno dos setores integrantes do PR local oposicionista, e assim como os *margalhãesistas* eram constituídos de modo hegemônico por setores da elite econômica e intelectual local: grandes proprietários de terras, comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais como professores, médicos e advogados. Porém criticavam o situacionismo vigente. Apesar de ser um partido controlado por grupos que podiam ser considerados de elite, recebia simpatia eleitoral de diversos setores populares de São Luís, como prestadores de serviços e operários, e da classe média baixa urbana, como pequenos funcionários públicos e pequenos comerciantes, graças a um discurso político assistencialista voltado para esses setores. (CALDEIRA, 1981, p. 38-40)

²² Sistema de controle de poder político através de práticas como o abuso de autoridade, a compra de votos, ou troca por favores ou cargos, a utilização da máquina pública. Era um mecanismo considerado comum e muito utilizado no Brasil durante a República Velha (1889-1930).

²³ Forma de eleição praticada no Brasil durante o período da República Velha, onde o voto era aberto e não secreto, o que na prática favorecia o controle dos chefes políticos sobre os eleitores.

Porém, apesar do seu prestígio na capital do Estado, onde contava com sólidas bases de apoio, o grupo de oposição enfrentava sérias dificuldades para expansão de sua influência política no interior do Maranhão, principalmente nos pequenos municípios, dependentes dos recursos estaduais e federais mediados pelos *Magalhãesistas*, em que havia ainda o rígido controle exercido pelos chefes políticos situacionistas locais integrantes do PR situacionista a nível estadual. (CALDEIRA, 1981, p. 40)

Referente à constituição do seu discurso político, os *Marcelinistas* defendiam a defesa da moralização das práticas e dos costumes políticos. Entretanto, diferente do movimento tenentista, desejavam a modificação da estrutura política ora vigente através da via eleitoral e de alterações realizadas através do poder legislativo, recusavam-se a aceitar qualquer alteração da ordem social estabelecida via luta armada ou Revolução armada. (CALDEIRA, 1981, p. 40)

O *marcelinismo* representou na década de 1920 o principal movimento organizado e de oposição ao poder situacionista no Maranhão. Conseguiu arregimentar ao redor de si uma importante base de sustentação política, principalmente entre os setores das classes médias urbanas das principais cidades do Estado. Entretanto, não representava um projeto de ruptura política significativa contra a ordem social oligárquica já estabelecida no Estado do Maranhão, pois atuava dentro dessa ordem, contribuindo para a sua reprodução. (CALDEIRA, 1981, p. 38-51)

Os *Tarquínistas* eram o terceiro importante grupo que constituía o cenário político maranhense na década de 1920. Organizado em torno do PD (Partido Democrático) local, sua principal liderança era o médico Tarquínio Lopes Filho. Constituiu oposição aos dois grupos anteriormente citados. Seus integrantes apresentavam simpatia pelo conjunto de ideias defendidas pelo movimento tenentista, como: o combate à corrupção administrativa, à centralização do poder ao nível federal, oposição à política oligárquica da República Velha, voto secreto, justiça eleitoral independente e autônoma. Tal grupo era formado principalmente por grupos de classe média urbana das principais cidades do Maranhão, dissidentes do *marcelinismo*. (CALDEIRA, 1981, p. 51-55)

Em meio ao desenvolvimento de um processo de crise intra-oligárquica no Maranhão da década de 1920, em que uma das principais consequências fora a constituição de conflitos políticos de grupos heterogêneos com projetos políticos distintos, criando tensões, seja para a manutenção da ordem social e política vigente ou para a sua transformação em menor ou maior escala, a solução temporária acordada entre a maioria dos deputados estaduais e federais, senadores e demais integrantes da oligarquia local, que objetivava conter a crise política, foi a divisão interna do comando partidário local.

Nesse sentido, Cunha Machado ficou responsável pela orientação do Partido Republicano na esfera federal e Godofredo Viana passou a dirigir a cena estadual. Este último, ao assumir a chefia do executivo estadual oficialmente, em 1923, buscou apoio e alianças políticas tanto com integrantes dos grupos *marcelinistas* como com os *magalhãesistas*.

Entretanto, como também aponta Reis, tratava-se de uma crise ampla e que não foi resolvida apenas com um simples arranjo político, pois se inseriu em um contexto mais vasto de transformações sociais paralelo ao crescimento da insatisfação urbana, principalmente na capital maranhense, mais receptiva a um discurso de moralização política, que se tornou o sustentáculo basilar de novos partidos, que, no fundo, eram representações das dissidências do poder oligárquico local. (REIS, 1992, p. 69)

A década de 1920 também demarcou o início da ruptura entre o corpo empresarial de São Luís, formado por comerciantes e industriais e representados pela entidade de classe da poderosa Associação Comercial, e os grupos políticos locais. Esses comerciantes e industriais da capital maranhense passaram a contestar os agentes da oligarquia enquanto legítimos representantes do Estado, os acusando de defender seus próprios interesses pessoais e utilizarem a máquina de Estado com fins privados no âmbito da administração de Estado. (REIS, 1992, p. 70-71)

Sobre tal quadro, Reis lembra que uma convergência de dois fatores principais determinou o colapso do sistema oligárquico maranhense na década de 1920:

- a) a crise da renovação interna e as dificuldades do arranjo existente em incorporar a participação de novos grupos, o que de qualquer maneira, implicava em aceitar um aumento da competitividade intra-oligárquica; b) o fortalecimento das relações de tipo corporativo entre a associação comercial. (REIS, 1992, p. 71)

Em meio a esse turbilhão político, Marcelino Machado, que perdeu definitivamente em 1925 a disputa interna pelo poder político do Partido Republicano local para Magalhães de Almeida, formalizou seu rompimento em abril de 1925. O então presidente estadual Godofredo Viana terminou então o seu governo sustentado por uma aliança formada pelo trio dos três senadores maranhenses: Magalhães de Almeida, Cunha Machado e Costa Rodrigues. (REIS, 1992, p. 70-71)

Uma vez consolidado o seu poder junto à sustentação do executivo estadual, os *magalhãesistas* se fortaleceram, construíram alianças no interior do Estado junto aos chefes municipais das pequenas e médias cidades e conseguiram a indicação de Magalhães de Almeida

como candidato do PR situacionista para a presidência do Maranhão no período compreendido entre 1926 e 1930. (REIS, 1992, p. 70-71)

Magalhães de Almeida, de 1925 a 1930, ocupou a chefia política da oligarquia situacionista local, exercendo ainda a presidência do Estado do Maranhão de 1926 até ser cassado pela Revolução de 1930. Marcelino Machado, por sua vez, organizou outro diretório do Partido Republicano, concorreu à presidência do Estado em 1925 e à reeleição à câmara federal em 1926, porém não obteve êxito em ambas as tentativas contra a máquina situacionista. (REIS, 1992, p. 71)

Ainda de acordo com Reis, o processo de crise política teve entre suas causas o panorama de insatisfação popular, principalmente na cidade de São Luís, no que dizia respeito às condições de vida precarizadas da maior parte da população urbana,

falta de habitação, carestia dos gêneros alimentícios, deficiência dos serviços públicos básicos. O Abastecimento de água, a iluminação a gás, e o transporte coletivo (bondes puxados por burros), desde o século XIX pertenciam a órbita municipal e eram efetuados por companhias organizadas pelos comerciantes locais. (REIS, 1992, p. 74)

Somente na década de 1920 o Estado começou a implementar esses serviços públicos através de sua ampliação e a contratação de empresas estrangeiras para executá-los. Mas, ainda assim, “os resultados frustraram as expectativas difundidas entre a população”, pois “São Luís continuava uma cidade suja, escura, à mercê das constantes epidemias.” (REIS, 1992, p. 74-75). Com isso, setores significativos do eleitorado da capital ludovicense, como forma de protesto, votavam em candidatos opositoristas aos cargos públicos. As dissidências oligárquicas exploraram então esse descontentamento popular presente na população urbana em proveito próprio durante as eleições. Porém, apesar desses fatores, a liderança de Magalhães de Almeida se fortaleceu durante o período em que governou o Estado (1926-1930).

Ao assumir a chefia do executivo estadual, Magalhães de Almeida encontrou o Maranhão em uma difícil situação financeira, com o aumento da dívida total do Estado constituída pelas sucessivas gestões anteriores, passando o novo governador a adotar uma política de cortes de gastos públicos e contenção de despesas públicas, extinguindo cargos e visando ao reequilíbrio do orçamento estadual. (MEIRELES, 2001, p. 301)

Porém, a administração de Magalhães de Almeida também se caracterizou pela abertura de estradas para o escoamento da produção agrícola, por obras de infraestrutura urbana

na capital, mas inseridos dentro do plano de equilíbrio orçamentário do Estado. (CALDEIRA, 1981, p. 301)

Quanto ao que se refere às relações desenvolvidas com seus adversários políticos, durante o quadriênio no qual esteve à frente do executivo estadual, Magalhães de Almeida utilizou uma prática já usual entre os grupos situacionistas maranhenses durante a Primeira República. Recusava-se a fazer quaisquer concessões quanto às benesses do Estado aos grupos oposicionistas. Nesse sentido, adotava rigor quanto à cobrança de impostos, dispensava funcionários públicos partidários dos oposicionistas, não concedia cargos públicos etc. Adotava a política de trocas de favores e lealdade para com os seus partidários políticos e hostilidade para com os inimigos ou oposicionistas. Frequentemente chegando a utilizar até mesmo da violência policial contra alguns deles. (CALDEIRA, 1981, p. 43)

1.2 A ECONOMIA MARANHENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: ASCENSÃO E CRISE DA INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA E EXTRATIVISTA

O advento da abolição da escravidão (1888), bem como a queda nos preços dos principais produtos agrícolas maranhenses (arroz, açúcar e algodão) ocorridos nas duas últimas décadas do século XIX reestruturaram as relações de produção existentes no Maranhão durante a República Velha. (MEIRELES, 2001, p. 306-310)

O setor produtivo maranhense de então acumulava fortemente a renda, mas não conseguia criar uma dinâmica que possibilitasse a criação de uma sólida infraestrutura de produção, impedindo a formação de tecnologia aplicada à produtividade local e a um mercado interno significativo quanto ao consumo dos bens aqui produzidos, condicionando a economia maranhense ao mercado externo e suas exigências, com surtos de crescimento ou depressão de acordo com as flutuações internacionais. (TRIBUZZI, 1981, p. 24)

No período da Primeira República Brasileira (1889-1930), devido a fatores ligados à retração na agroexportação, intensificada pela crise no setor agrícola ocasionada pela falta de mão de obra e pela conjuntura externa desfavorável, tivemos a reorganização do modelo produtivo maranhense, a partir da gênese da industrialização fabril em algumas das principais cidades do Estado, como São Luís, Caxias e Codó. (FEITOSA, 1998, p. 42)

Industrialização essa que se desenvolveu principalmente no setor têxtil. Foi facilitada pela quantidade abundante de matéria-prima local disponível, o algodão e o cânhamo, principalmente, pela tecnologia e o maquinário encontrados no mercado externo. Financiada

pelo capital advindo de alguns dos antigos proprietários de terras e dos comerciantes urbanos que trabalhavam com a agroexportação. As indústrias constituídas principalmente sob a forma de sociedades anônimas. (FEITOSA, 1998, p. 42)

Nesse sentido, de acordo com Viveiros, a elite econômica maranhense de então era constituída principalmente por latifundiários rurais que, “desiludidos com a lavoura, quiseram substituí-la como elemento básico da nossa economia, pela indústria têxtil. Sonhou-se transformar São Luís numa Manchester.” (VIVEIROS, 1992, p.7)

Reis também aponta como aspectos condicionantes para a industrialização fabril maranhense ocorrida durante o período da República Velha: a possibilidade de encontrar taxas de lucros maiores e mais seguras que em outros setores ligados à produção agrícola, como o açucareiro por exemplo; as mudanças na política econômica do governo federal do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, como a política do Encilhamento, que, com expansão da oferta de moeda, crédito fácil e uma nova legislação facilitando a criação de sociedades anônimas, propiciaram a reunião dos recursos e capitais necessários para a criação do setor industrial; a possibilidade de alcançar com êxito os mercados tanto do Norte quanto do Nordeste Brasileiro (REIS, 1992, p. 20-21). Com o crescimento da industrialização, em 1921, já contávamos em São Luís com as seguintes fábricas no setor têxtil:

Tabela 1 – Maranhão – Fábricas de tecidos segundo o número de teares de fusos e de operários - 1921

Fábricas	Nº de Teares	Nº de Fusos	Nº de Operários
Camboa	200	7.000	475
Fabril	574	14.148	650
Cânhamo	120	-	160
Anil	392	12.720	456
Santa Amélia	280	-	276
São Luís	-	11.800	248
Industrial	130	4.500	260
União	220	7.800	350
Manufatora	160	6.800	300
Manufatureira	200	5.540	300
Sanharó	60	1.300	60

Fonte: PACHECO (1992)

Com a expansão do setor fabril, os produtos têxteis ganharam importância na pauta de exportações e no abastecimento do mercado local e regional. O nascimento de fábricas que empregavam muitas pessoas, propiciou também em São Luís o surgimento de diversos bairros operários ao seu redor e nas áreas próximas, como aponta Raimundo Moacir Mendes Feitosa,

O Anil, em torno da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil; a Camboa, em torno da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses; o Fabril, em torno da Companhia Fabril Maranhense; o Madre Deus, em torno da Companhia de Fiação e tecidos Cânhamo, entre outros como o Cândido Ribeiro e São Pantaleão, que se localizavam nas imediações da fábrica Santa Amélia, da Companhia Progresso de São Luís, da Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís e da Companhia de Lanifícios Maranhenses. (FEITOSA, 1998, p. 44-45)

O surto industrial provocou ainda o surgimento de um operariado urbano ludovicense e intensificou o processo de urbanização e o crescimento demográfico da cidade, que chegou em 1920 a 52.929 habitantes.²⁴

Porém, o crescimento da produção fabril maranhense foi efêmero, pois embora durante toda a década de 1910 e 1920 os tecidos de algodão permanecessem como principal produto de exportação interestadual e importante fonte de divisas para o Estado, chegando até mesmo a um aumento nominal significativo no valor oficial das receitas de exportação interestadual de 5.467:250\$020 em 1922 para 11.220:849\$350 em 1926, a partir de 1927 já tivemos uma diminuição nominal das suas receitas de exportação e conseqüentemente um declínio da produção. (FERNANDES, 2003, p. 184-185)

Declínio motivado principalmente por fatores ligados à falta de créditos, às dificuldades logísticas de transporte, a não renovação tecnológica do maquinário fabril, à ingerência administrativa, a escassez de capital de giro, às dificuldades financeiras relativas à conjuntura econômica do Estado, à concorrência dos tecidos produzidos pelas fábricas de Pernambuco, da Bahia e do eixo sudeste, estes geralmente de melhor qualidade e menor custo de produção. Essa crise afluída na década de 1920 se intensificou ainda mais nas décadas seguintes, até o colapso terminal do setor ocorrido na década de 1960. (FEITOSA, 1998, p. 44-49)

Paralelo à gênese, consolidação e crise do processo de industrialização fabril maranhense na República Velha, tivemos uma reestruturação produtiva no campo. O final da escravidão em 1888 provocou o declínio e a crise no modelo de produção baseado no grande latifúndio monocultor, de mão de obra escrava, com produção em grande escala voltada para exportação. (MEIRELES, p. 306-310)

Tal crise na agro lavoura escravista, ocasionada principalmente pela escassez de mão de obra após 1888 e a falta de capitais no meio agrário, gerou no Maranhão o abandono de

²⁴ Recenseamento da população do Brasil de 1920. Apud: CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia.** Prefácio de Bonifácio de Andrade. –São Luís: SIOGE, 1993, p.191.

muitas propriedades agrícolas em importantes municípios, como, por exemplo, Alcântara. Além da desorganização imediata das relações de trabalho nas fazendas e no meio rural, fruto do processo de transição do trabalho escravo para o livre. (MEIRELES, 2001, p. 306-310)

De modo que, no campo, o senhor de escravos não foi substituído pelo empresário ativista capitalista, mas pela figura do coronel municipal, agenciador do trabalhador integralmente subordinado, o que propiciou, segundo Rossini Corrêa, uma realidade de decadência econômica na totalidade da sociedade maranhense da época:

Na infraestrutura: a decadência do patrimônio de forças produtivas, acompanhada de traumatismos na organização do trabalho, resultando na diminuição da produção econômica; - na superestrutura: a substituição social do senhor de escravos pelo coronel de terras, que correspondeu na dimensão da consciência ao perecimento da visibilidade social dos senhores (na qual havia o extremo de figuras típicas serem cosmopolitas) e a emergência da visibilidade societal dos coronéis (na qual havia o costume de figuras típicas serem localistas). (CORRÊA, 1993, p. 161)

De forma progressiva, os antigos senhores de escravos, que continuaram ligados ao meio rural, construíram novas formas de dominação. Diminuíram a área plantada destinada à monocultura do açúcar ou algodão e arrendaram terras aos pequenos lavradores, que, como forma de pagamento pela exploração da terra, destinavam parte da renda da produção sobre a área cultivada ao proprietário da terra, criando um vínculo de subordinação, em meio a uma produção com pouca utilização de tecnologia e baixos níveis de produtividade, o que resultou em um declínio da produção total em diversos setores no campo. (CORRÊA, 1993, p. 161-162)

Porém, paralelo ao declínio das grandes plantações, tivemos o aumento progressivo das pequenas e médias unidades de produção familiar localizadas no interior das grandes fazendas ou nas vastas extensões de terras devolutas pertencentes ao Estado. (REIS, 1992, p. 19) Constituíam-se um modelo econômico no campo no qual, através da concessão de terras de cultivo, a pecuária extensiva de gado bovino, a criação de animais de pequeno e médio porte (aves, caprinos e suínos), a pesca, o extrativismo do babaçu, da andiroba e da carnaúba, a agricultura familiar camponesa tradicional, produtora principalmente de arroz, voltada para a subsistência e venda de excedentes, passaram a predominar na maior parte do Maranhão. (FEITOSA, 1998, p. 50-55)

Nesse modelo, o uso dos recursos naturais existentes para a sua reprodução nas áreas de uso comum, geralmente os campos das matas de cocais e o cerrado, de onde eram extraídos madeiras, frutos e fibras, estruturava-se em torno de um sistema de exploração que geralmente

era acordado pela tradição entre os habitantes dos povoados, das fazendas e das localidades próximas. (FEITOSA, 1998, p. 50-55)

Com a formação desse novo cenário ligado à produção agrícola, a produção de arroz expandiu-se durante toda a Primeira República. Devido principalmente a alguns fatores como a ampliação da fronteira agrícola do estado por causa da ocupação de um expressivo número de terras devolutas, localizadas às margens dos rios maranhenses, como o Pindaré, o Balsas, o Tocantins, o Itapecuru e o Mearim; bem como o crescimento da migração para o Maranhão, principalmente de pessoas vindas de outros estados do nordeste brasileiro, fugindo das secas. (FEITOSA, 1998, p. 52-53)

O cultivo de arroz, produzido em um modelo de agricultura familiar e com a utilização de pouca tecnologia agrícola, se manteve como uma das principais atividades no campo durante a República Velha. Sendo ainda o arroz um dos principais produtos de exportação maranhense, tanto interestadual quanto internacional, durante as décadas de 1910 e 1920, além de ser elemento agrícola de importante consumo interno do Estado. (FEITOSA, 1998, p.53) Sobre tal quadro, Moacir Feitosa aponta que,

a economia agrícola que se convencionou chamar de economia rizícola, dada a importância da produção de arroz, cresceu muito rapidamente, favorecida que fora pelo farto estoque de terras agricultáveis e de boa qualidade e pela força de trabalho autônoma do lavrador e de sua família, mesmo com seus instrumentos rudimentares de trabalho (foice, facão, enxada, gadanho, ciscador e outros). Passa-se de uma produção voltada para a subsistência a geração de significativos excedentes, capazes de permitir a integração da socioeconomia maranhense a divisão social do trabalho brasileiro. (FEITOSA, 1998, p. 53)

Nos anos de 1926 e 1927, por exemplo, o arroz representou nas pautas das exportações maranhenses o terceiro produto em importância, atrás apenas das amêndoas de babaçu e dos tecidos de algodão, com 2.064.684 kg pilado e 118.239 em casca, exportados no valor oficial de 1.713:446\$300 pilado e 67:355\$862 em casca, em 1926. Enquanto no ano de 1927 tivemos um aumento nas exportações do arroz pelo Estado para 3.208.854 kg pilados e 507.257 em casca. (FERNANDES, p. 176-177)

No extrativismo, durante a República Velha o principal destaque deu-se em torno das amêndoas de coco babaçu. Pois o Maranhão possuía as maiores reservas de babaçuais do Brasil. Com o advento da I Guerra Mundial (1914-1918) intensificou-se a exploração e exportação desse produto, que despontou como um dos principais produtos maranhenses de exportação, devido à demanda internacional, intensificada pelo conflito. (FEITOSA, 1998, p. 62)

A extração e comercialização do babaçu continuaram se intensificando durante a década de 1920. Nesse sentido, o babaçu representou 5603.200 quilos em exportações em 1919, e não desceu mais da casa dos milhões, tendo um papel de destaque na economia maranhense, relevância nas finanças estaduais e inserindo-se no mercado internacional como principal bem primário maranhense de exportação na década de 1920, com 18.967.370 quilos da amêndoa exportada em 1926 e 21.283.113 em 1927. (VIVEIROS, 1992, p. 218)

Paralelo ao crescimento da produção ligada ao extrativismo do babaçu, também tivemos uma relativa ampliação do comércio maranhense, com destaque para os tecidos de algodão e cânhamo, do arroz e do algodão. Crescimento esse que, de acordo com a professora Maria Lourdes Lauande Lacroix, provocou uma momentânea recuperação econômica no Estado e o reequilíbrio nas finanças públicas estaduais:

as dificuldades do início do século XX foram substituídas por uma rápida reativação da economia maranhense, originada no aproveitamento do babaçu, na expansão do mercado e subidas dos preços do algodão e dos tecidos da indústria local. A I Grande Guerra promoveu o aquecimento das atividades agrícolas, ampliando-se as exportações, nos primeiros anos da década de 20. O ciclo revitalizador foi suficiente para reequilibrar momentaneamente as finanças empresariais e públicas. (LACROIX, 2004, p. 18)

Relativo ao setor de transportes no Estado, em março de 1921 tivemos a conclusão das obras da estrada de ferro São Luís-Teresina (EFSLT), o que intensificou o deslocamento interno da população entre os municípios maranhenses interligados por ela e diminuiu os custos do escoamento da produção. Ainda no quadriênio Magalhães de Almeida (1926-1930), houve relativo investimento por parte do governo estadual nas estradas de rodagem do estado, com a abertura e calçamento de vias interligando diversos municípios, porém, o sistema de transporte no Maranhão durante a década de 1920 continuava precário e limitado. (LACROIX, 2004, p. 345-346; 356-356)

Nas áreas comercial, bancária e financeira, o sistema econômico maranhense ainda sofria forte influência do denominado complexo exportador da Praia Grande, com forte domínio do capital mercantil, que, segundo Reis, era caracterizado por

(...) grandes casas comerciais comandando a acumulação, mas que combinava investimentos tradicionais da produção agrícola e extrativista com investimentos urbanos, principalmente a criação de fábricas (...). Os antigos proprietários rurais perderam na transição a sua capacidade de manter-se como grandes produtores, tornando-se agentes da comercialização interna, intermediando as relações entre as casas exportadoras e pequenos plantadores. (REIS, 1992, p. 27)

Portanto, tivemos no Maranhão, durante a Primeira República, a presença de uma estrutura econômica relativamente diversificada, porém dependente das flutuações do mercado externo, com períodos de crescimento e decadência, pautada na exportação de produtos agrícolas e extrativistas, complementados por uma incipiente produção fabril, que foi predominante em algumas das grandes cidades do Estado (São Luís, Caxias, Codó e Timon). Com destaque para a produção das amêndoas de babaçu, a carnaúba, o algodão em pluma, o arroz, os tecidos de algodão e de cânhamo. Tendo, à época, a cidade de São Luís como principal centro convergente da atividade comercial do Estado, através do denominado Complexo Exportador da Praia Grande.

1.3 UM PANORAMA SOCIAL DE TRANSFORMAÇÕES, MODERNIZAÇÃO E EXCLUSÃO

Durante a República, a sociedade maranhense passou por intensas transformações em meio a fatores como: a crise do modelo econômico agroexportador escravista, a reorganização produtiva dela resultante e a industrialização fabril no Estado; os processos de reorganização da estrutura política oligárquica vigente; a transformação do cenário urbano da cidade de São Luís com o surgimento de fábricas têxteis e conseqüentemente um operariado urbano, que vivia em condições precárias quanto a trabalho, moradia e saneamento.

Nesse contexto, tivemos mudanças no que tange aos níveis de sociabilidades dos habitantes de São Luís, reflexos das transformações dos aparatos urbanos da cidade.

O processo de industrialização, intensificado nas primeiras décadas da República Velha, ocasionou o aumento demográfico da população ludovicense, devido ao surgimento do parque fabril ligado principalmente à produção têxtil. Nesse sentido, de acordo com Feitosa,

houve um crescimento significativo da produção têxtil e passou-se, rapidamente, a viver o ânimo da retomada do crescimento. O setor chegou a empregar cerca de 3200 operários, dos quais aproximadamente 70% eram mulheres. (...) Essa força de trabalho era recrutada entre a população urbana empobrecida, não acostumada à rotina do trabalho fabril. (FEITOSA, 1994, p. 43)

Devido a industrialização incipiente, notaram-se importantes transformações na vida cotidiana cidadina, pois a vida das pessoas passou a ser influenciada pelas máquinas, pelo ritmo

de trabalho quantitativo através do tempo de produção, pelas relações de trabalho assalariado e pelas condições precárias de trabalho. (FEITOSA, 1994, p. 42-44)

Surgiam ainda novos grupos sociais constituídos pelo operariado urbano que passavam a habitar novos bairros operários: a Fabril, a Camboa e o Anil. Bairros populosos constituídos no entorno das fábricas existentes na cidade. O que também demarcou uma expansão ocupacional pelo interior da ilha, e fez com que a população ludovicense não se concentrasse mais apenas na área central da cidade. (FEITOSA, 1994, p. 43-44)

A expansão fabril em São Luís também foi demarcada pela exploração do trabalho feminino e infantil, com condições de trabalho insalubres, longas jornadas que iam entre dez e quatorze horas diárias e baixos salários. As habitações das camadas pobres da cidade, bem como dos operários urbanos também eram precárias e insalubres, geralmente cortiços ou casas de cômodo nas áreas mais centrais ou casebres de palha e pau-a-pique nas áreas mais afastadas, residências insalubres. (CORREIA, 1998, p. 22)

Assim como as habitações, as condições sanitárias presentes na capital ludovicense também eram precárias, o que resultava em constantes surtos de doenças e epidemias. Eram frequentes os surtos de doenças, entre os quais as maiores epidemias foram as de peste bubônica, que assolou a cidade entre 1903 e 1904, com repetições de ciclos em 1908 e em 1921. (MEDEIROS, 2007, p. 23-25)

A ausência de serviços de água e esgotamento sanitário adequados em São Luís também contribuía para a presença de epidemias de tifo, cólera, e disenteria, transmitidas através da água contaminada, além de outras enfermidades que atingiam, sobretudo, as camadas mais pobres, que eram desprovidas de atendimento médico ou hospitalar, como a tuberculose e o beribéri, constituindo grandes números de mortes. (MEDEIROS, 2007, p. 23-25)

A expansão do setor fabril também transformou a ocupação dos espaços urbanos da capital. Muitos dos antigos casarões, antigos lares dos grupos de elite dos latifundiários e comerciantes do século XIX, se converteram, na primeira República, em pensões e cortiços, servindo de morada aos novos indivíduos que chegavam à ilha, vindos principalmente do interior do Estado em busca de trabalho, o que constituiu por parte das elites tradicionais projetos visando normatizar e disciplinar o espaço urbano. Em relação a esse processo, segundo Marize Helena de Campos,

Na virada do XIX, ainda que conservasse o aspecto colonial, traduzido nos suntuosos casarões azulejados de eiras, beiras, mirantes e pinhas de porcelanas, nos becos e ruas estreitas e tortuosas, a cidade de São Luís modificava-se em função do surto industrial. No redesenhar dos espaços, as casas-de-cômodo,

hospedarias, hotéis, pensões e cortiços passavam a servir de morada aos indivíduos que chegavam. (...) Acompanhando aquele remodelamento, criavam-se Leis, Decretos e outras tantas normas que visavam à disciplina e à higiene social do novo viver urbano. (CAMPOS, 2001, p. 43)

A cidade de São Luís, bem como outras capitais brasileiras no período da República Velha, assimilara elementos europeus quanto à ideia de um projeto de modernização atrelado à ideia de “progresso”, compreendido como sinônimo do novo, do desenvolvimento e do futuro.

Porém, apesar desse ideário, a cidade adentrava o século XX como uma das capitais brasileiras mais atrasadas em relação aos serviços públicos urbanos. A urbanização ocorreu de modo não planejado e inúmeras eram as reclamações da população; o saneamento básico e abastecimento de água eram limitados e precários; a iluminação pública era realizada através de gás; o transporte público urbano era feito mediante bondes puxados por burros. Sobre essa realidade, Palhano aponta que,

O descaso com saneamento básico, por exemplo, foi flagrante, acarretando a existência de um serviço de esgoto e de água restrito e de péssima qualidade. O mesmo podendo dizer da limpeza pública, dos logradouros públicos, da iluminação e do serviço de bondes. (PALHANO, 1988, p. 341)

Devido ao ideário presente de modernização urbanística da cidade em meio à precária situação dos serviços públicos urbanos existentes, os projetos políticos que se apresentavam passaram a enfatizar os conceitos de modernização, civilização e desenvolvimento. Assim, São Luís passou a receber algumas melhorias quanto à urbanização, principalmente a partir da década de 1920, com reformas no espaço público; a ampliação da rede elétrica, em 1924, com a implantação da rede elétrica para as residências e prédios públicos da área central da cidade, da iluminação pública elétrica em substituição a antiga iluminação a gás, sistema de bondes elétricos, além do aumento dos serviços de água e esgotos. Entretanto esses serviços de ordem pública ficaram sob direção de uma empresa estrangeira, a norte americana Brightman & Cia, e o Estado teve que contrair pesadas dívidas para a sua ampliação, com um empréstimo empreendido pelo então presidente estadual Godofredo Viana na casa de 1 milhão e quinhentos mil dólares. (FERNANDES, p. 136-147). Segundo Reis,

Em 1923, Godofredo Viana assinou contrato com a empresa Norte-Americana Ulen & Co. para ampliação dos serviços de água e esgotos, geração de energia elétrica para iluminação e transporte e uma nova prensa de algodão a ser instalada na Capital. (...) Os contratos envolveram empréstimos conseguidos com a intermediação da empresa junto a bancos americanos no valor de 1.5 milhão de dólares entre 1923 e 1.7 em 1926, garantidos por uma série de impostos da receita estadual. (REIS, 1992, p.74)

Porém, entre o conjunto dos habitantes da cidade, apenas um pequeno grupo de pessoas foi beneficiado com as melhorias urbanas. Pois tais reformas se deram principalmente no centro da cidade, e apenas uma minoria que habitava as áreas consideradas nobres tinha acesso aos serviços locais de água encanada, esgoto, luz elétrica domiciliar, bondes, praças com bela arborização e ruas calçadas. Enquanto a maioria da população formada pelos habitantes dos bairros populares e os operários e das áreas mais afastadas da ilha ainda conviviam com a exclusão e a falta de infraestrutura urbana adequada. Palhano ressalta que,

Naquele período, mais do que em qualquer outro, era restrito o consumo do serviço coletivo dos serviços públicos existentes. Os que haviam eram privilégios das elites econômicas e políticas, aqueles que habitavam o local que hoje compreende o seu centro histórico e seus bairros centrais, justamente o espaço que coincidia com a área de formação inicial da cidade. (PALHANO, 1988, p. 142)

Assim era a São Luís de Antônio Lopes da Cunha. Uma cidade que almejava por “progresso” e “desenvolvimento” associado à pretensa ideia de modernização, em meio a um projeto de ampliação dos serviços públicos de infraestrutura urbana. Porém ampliação elitista e excludente, que beneficiava apenas poucos grupos, formados por comerciantes, funcionários públicos, políticos, industriais, proprietários de terras que viviam na capital, e que constituíam uma elite econômica, social e política local. Projeto que também disciplinava os espaços urbanos e limitava o acesso aos serviços coletivos para a maior parte da população.

1.4 CULTURA: “NOVOS ATENIENSES”: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DECADENTISTA NOSTÁLGICO EM MEIO A FUNDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES

As transformações ocorridas no complexo agroexportador maranhense nas últimas décadas do século XIX, com o advento do fim da escravidão em 1888, além das sucessivas crises políticas intra-oligárquica, devido aos processos de ajustamentos aos novos mecanismos de controle da ordem estabelecidos pela República em construção, constituíram um verdadeiro trauma junto aos meios intelectuais maranhenses.

Com a construção de um profundo sentimento de decadência junto aos grupos da elite intelectual hegemônica no Estado do Maranhão, intelectuais formaram uma geração que vai se autodenominar de “Novos Atenienses” (1894-1932), em alusão ao que consideravam como gerações de intelectuais que os antecederam durante o Império brasileiro (1822-1889), o

denominado Grupo Maranhense (1832-1868) e o Grupo Ateniense (1868-1894). (MEIRELES, 2001, p. 311)

Esses Intelectuais eram caracterizados como decadentistas quanto à construção do seu discurso. Dentre eles, destacaram-se: Antônio Lobo, José Ribeiro do Amaral, Barbosa de Godóis, Astolfo Marques, Fran Paxeco, Antônio Lopes da Cunha, Aquiles Lisboa e Domingos Perdigão. (MEIRELES, 2001, p. 311)

Os Novos Atenienses constituíam-se em uma geração de intelectuais que expressou durante a Primeira República Brasileira um projeto de identidade e autoafirmação local ligado à filiação à Atenas Brasileira, compreendida como um processo cultural de construção e reconstrução da identidade local, ligado a um passado de significação maranhense no âmbito das letras e da produção literária; teve como meio de expressão desde as obras literárias e acadêmicas até os manuais educacionais, e as publicações periódicas em Jornais e Revistas; refletiu na construção de várias sociedades literárias, cursos de ensino superior e instituições como a AML (Academia Maranhense de Letras) e o próprio IHGM (Instituto de História e Geografia do Maranhão). (BORRALHO, 2011, p.20)

Em meio a esse contexto Antônio Lopes da Cunha, retorna a cidade de São Luís em 1911, bacharel em Ciências Jurídicas no Recife, inscreve-se logo para concurso público da Escola Secundária Liceu Maranhense, a época principal referencia de Ensino no Estado do Maranhão, que ainda não contava com cursos superiores, porém para a cadeira de História da Literatura: "Na próxima segunda feira inscrever-se-á como candidato a cadeira de História da Literatura, do Liceu Maranhense, o nosso ilustre confrade Dr. Antônio Lopes da Cunha." (JORNAL PACOTILHA, 1911, p. 01). Tendo sido aprovado para a presente cadeira no qual exerceu o magistério e sendo nomeado para o exercício do cargo no dia 26 de julho de 1911: "foi hoje nomeado lente vitalício da cadeira de História da literatura, no Liceu Maranhense, o nosso confrade Antônio Lopes da Cunha, em virtude do concurso que há dias se submeteu" (JORNAL PACOTILHA, 1916, p. 01).

O IHGM fundado em dezembro de 1925 por iniciativa de Antônio Lopes da Cunha e esse grupo de intelectuais locais foi fruto também desse contexto, e refletiu em uma tentativa de Renascimento Cultural maranhense. De acordo com Corrêa,

A realidade maranhense declinava. Os esforços de congregação cultural resultariam na fundação da Academia Maranhense de Letras (1808: liderada por Atonio Lobo), na fundação da Faculdade de Direito do Maranhão (1918: liderada por Domingos Perdigão) e na fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925: liderada por Atonio Lopes e outros). (...) Em paralelo a juventude organizou numerosos periódicos sociedades culturais, em

perfeita sintonia com os fundadores de instituições literárias e educacionais- havia reunido a todos, o propósito comunitário de participar e de contribuir para o ressurgimento do passado de significação maranhense- com crescimento econômico e com ressonância intelectual. Na instância da cultura, o mecanismo adequado de intervenção a reversão da realidade pareceu a todos ser a organização de instituições, sob a perspectiva ilusória de que bastaria a fundação de um conjunto de sociedades, ao ressurgimento da sociodinâmica da cultura, quando, na verdade, as possibilidades e os resultados da gestação artificial de organismos institucionais refletiriam, como refletiu, a situação da cultura no contexto social maranhense. (CORRÊA, 1993, p.182)

Meireles também aponta para o esforço depreendido por parte dessa elite letrada maranhense, no sentido da produção de um saber oficial, e ainda no âmbito da organização de academias e instituições oficiais no sentido de intensificar tanto o debate sobre a realidade maranhense quanto a produção intelectual. De acordo com Meireles, “apoiando-se mutuamente, lutando contra a descrença e a falta de estímulo, cresceram em número e acabaram por se congregarem numa Academia Maranhense de Letras, em 1908; depois fundaram o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925).” (MEIRELES, 2001, p. 311-312)

Porém, a fundação desses espaços institucionais de construção do saber literário, historiográfico ou científico também estava inserida em um dinâmico jogo de forças e interesses, uma vez que conferiam aos seus membros: *status*, espaço para publicação de textos escritos, artigos e obras, reconhecimento e distinção social, em meio a um público letrado restrito.

A Primeira República ainda foi perpassada por diversas transformações de ordem cultural e intelectual, tanto no Maranhão quanto no Brasil, a nível nacional com a crise do modelo Parnasiano e a ascensão do Modernismo Estético, cujo ponto de inflexão foi a semana de Arte Moderna de 1922. Esta última demarcou uma profunda ruptura estética e crítica ao modelo cultural vigente no Brasil até então.

Porém, cabe ressaltar que as sociedades literárias e instituições que nasceram em São Luís, nas décadas de 1900 e 1920, como a AML e o IHGM, eram destituídas de vínculo orgânico com o debate estético emergente no Sul e Sudeste brasileiro. Sendo a realidade cultural local marcada por comunidades preservacionistas resistentes ao movimento modernista. (CORRÊA, 1993, p.186)

Já no que se refere à vinculação dos intelectuais maranhenses da época com as relações políticas estaduais, tivemos uma forte atuação, seja no exercício de cargos públicos eletivos ou mesmo na máquina burocrática do funcionalismo público, como, por exemplo, os deputados

Humberto de Campos, Viriato Correia e Jerônimo de Viveiros. Sobre essa realidade, Corrêa observa que,

A tradição política de recompensar, com mandatos parlamentares, aqueles escritores maranhenses que tivessem conquistado a condição de renomados, permaneceu em vigência, mutuamente interessante, pois, ao tempo em que as oligarquias estaduais beneficiavam-se dos intelectuais circunstantes, inclusive pela manipulação política, os escritores desafogavam-se das aperturas materiais, no usufruto pecuniário da prestação de serviços aos políticos instituidores da proteção, da escolha e do parceiro parlamentar de celebridades literárias. (CORRÊA, 1993, p. 184)

Quanto à imprensa maranhense na República Velha, contávamos com um bom número de periódicos e publicações em geral, porém muitos de curta duração. Entre os principais periódicos em circulação na capital ludovicense podemos citar *o Diário do Maranhão, a Pacotilha, o Combate, à tarde, a Hora, Federalista*.

O número expressivo de jornais e publicações da imprensa se deu também pelo fato de que os mesmos também se caracterizavam como espaços sociais para a divulgação das ideias dessa geração de intelectuais, assim como de debates e embates políticos e intelectuais. (MARTINS, 2006, p. 169)

Na área educacional, durante a Primeira República tínhamos um modelo de educação descentralizado quanto às responsabilidades governamentais. O governo republicano federal não assumiu a educação pública como responsabilidade sua, deixando aos governos estaduais e municipais autonomia quanto à organização do seu modelo de ensino. (SALES, 2010, p. 59-61)

Porém, apesar dos governos estaduais e municipais terem autonomia para a construção de um modelo de educação de acordo com as singularidades locais e de terem parte significativa na responsabilidade da construção do ensino público, em meio à falta de recursos ou interesses dos governantes estaduais e municipais para investimentos no setor, a realidade maranhense era caracterizada como de precarização. (SALES, 2010, p. 59-61)

Com essa difícil realidade educacional, tínhamos poucas escolas, uma população com altas taxas de analfabetismo e pequeno público letrado. Porém, no âmbito do ensino público algumas instituições foram reorganizadas ou reformadas, como, por exemplo, a Escola Normal (1890), o Liceu Maranhense (1893), a Escola Modelo (1896), a Biblioteca Pública (1898) e a Escola de Música (1902). Os primeiros cursos superiores também surgiram nesse momento, embora tardiamente em relação ao restante do país, estruturando-se nesse período a Faculdade

de Direito, fundada oficialmente no dia 28 de abril de 1918, a Faculdade de Farmácia e a Faculdade de Odontologia, datada de 12 de março de 1922. (MEIRELES, 2001, p. 312)

Durante a década de 1920 foram empreendidas ainda algumas ações governamentais que visavam a ampliação e a melhoria do ensino no Maranhão.

No período da gestão de Godofredo Viana (1922-1926), tivemos alguns investimentos na expansão do ensino maranhense, o que se fez notar com a construção de novas instituições de ensino e a colocação em prática, a partir de 1923, de um projeto de reforma da instrução pública, que, entre outras medidas, estabelecia três cursos para o ensino primário: o elementar (dos 5 aos 7 anos); o médio (dos 7 aos 12 anos); e o complementar (dos 12 aos 13 anos). Além disso, ampliou-se significativamente o número de escolas primárias na zona rural. (FERNANDES, 2003, p. 264-265)

No quadriênio governamental seguinte, de Magalhães de Almeida (1926-1930), tivemos a construção de algumas dezenas de escolas primárias nas áreas rurais, auxílios às instituições particulares de ensino presentes no Estado. (FERNANDES, 2003, p.264-265)

Contudo, o ensino básico maranhense continuava restrito a um pequeno número de pessoas, contando o Estado do Maranhão entre instituições públicas e particulares, em todas as modalidades de ensino, do primário elementar ao superior, com apenas 652 escolas oficialmente registradas em 1929, tendo ainda neste ano um número total de alunos matriculados de 32.245. (FERNANDES, 2003, p. 264-265)

Números esses ainda pequenos, face ao contingente populacional existente no Maranhão da época. Nesse sentido, segundo Tatiane da Silva Sales, em 1929 somente 23% da população em idade escolar no Maranhão estudava. (SALES, 2010, p. 77)

2. ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E O SEU CONTEXTO

Visando a uma análise pautada na metodologia da Análise de Discurso, que objetiva unir autor, texto, contexto, no presente capítulo teremos a tessitura de uma breve biografia de Antônio Lopes da Cunha até a década de 1920, período de delimitação temporal do presente trabalho, bem como a contextualização de sua vida ao panorama intelectual do Maranhão na Primeira República; Pois o caráter de complexidade constituída pelo próprio discurso reflete diretamente uma exterioridade ao próprio emissor, assim, compreender o discurso de um determinado autor, perpassa essencialmente pelo contexto e universo social no qual este autor encontra-se integrado, e cuja análise coloca em evidência múltiplos aspectos ideológicos, sociais e históricos que atravessam toda a construção discursiva.

2.1 ANTÔNIO LOPES DA CUNHA, VIDA E OBRA: UM BREVE RESUMO BIOGRÁFICO

Antônio Lopes da Cunha nasceu na cidade de Viana, na então província do Maranhão no fim do período imperial brasileiro, na data de 25 de maio de 1889, vindo a falecer na cidade de São Luís, capital do Maranhão, em 29 de novembro de 1950. Era o primeiro filho do jurista, então desembargador e futuro Presidente de Estado do Maranhão (1902-1906) Manuel Lopes da Cunha e de D. Maria de Jesus Sousa Lopes da Cunha. Realizou os seus estudos primários e secundários em São Luís capital do Estado do Maranhão durante a primeira república. Entre 1907 e 1911, concluiu seu curso superior de Ciências Jurídicas na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 55)

Ainda enquanto acadêmico, já no início do seu curso superior no Recife, manteve-se atento ao ambiente das letras maranhense, sendo aceito em um dos ambientes por excelência de construção do discurso intelectual local na primeira república, a chamada oficina dos novos, criada na data de 28 de julho de 1900, por intelectuais maranhenses, e tendo por patrono o escritor Gonçalves Dias, e com a participação de importantes intelectuais da época, em relação a esse fato, vê-se registrado nas páginas do Jornal a Pacotilha, um dos periódicos de maior circulação no Estado do Maranhão a época, no artigo intitulado a oficina dos novos:

Reuniram-se hontem a noite, na Biblioteca Pública os membros da Oficina dos Novos. Foram propostos os Novos Operarios, Jeronymo Jose de Viveiros, Antonio Lopes da Cunha, Joaquim Ribeiro Gonçalves Filho. (JORNAL PACOTILHA, 1908, p. 01)

Destarte, em relação a fundação da Oficina dos Novos, em 1900, esta refletiu diretamente o estado de ânimo vivido pela elite intelectual local, por ocasião da passagem de Coelho Neto pelo Estado em 1899, momento ainda demarcado por uma série de conferências públicas. Essa jovem instituição, foi concebida seguindo o modelo das academias de letras já existentes em outras partes do país, visava cultivar os vultos do passado maranhense, dignos de memória, publicizar a produção intelectual local, e promover eventos cívicos, literários e similares, além de publicar um periódico de caráter científico e literário e formar uma biblioteca especializada em obras de autores regionais. Não obstante nomes como Antônio Lobo, Fran Paxeco, Astolfo Marques, João Quadros, Nascimento Moraes, entre tantos outros, fizeram parte da sua fundação. (MARTINS, 2006)

Ainda quanto ao campo de atuação e organização, a Oficina dos Novos se dedicava a um conjunto de áreas do conhecimento o qual pode-se citar: a Sociologia do Maranhão, Geografia, Etnologia, História Literária e Pedagogia. Organizava-se de modo rígido e formal, em uma estrutura de academia, que englobava um quadro social composto de sócios: efetivos, correspondentes e honorários. (BORRALHO, 2011, p.21)

Tornando-se ainda a Oficina dos Novos, um lugar privilegiado quanto a produção de enunciados, sua validação, classificação e organização, ligado a produção dos discursos, visando a legitimação e validação destes em relação a sua importância e significância seja ela científica ou literária, de modo que os conteúdos manifestos e a relação interlocutiva dos discursos de seus agentes participes se entrelaçavam e se sustentavam mutuamente. (MAINGUENEAU, 2008)

Cabe ainda ressaltar que Antônio Lopes, enquanto acadêmico de Direito, nos períodos das férias discentes, desenvolveu intensa participação, na Oficina dos novos, e em outros ambientes de disseminação do saber de então na Ilha de São Luís, predominantemente em participações em sarais de poesias, encontros literários e acadêmicos, e conferências, que eram divulgados e publicizados nos principais periódicos de grande circulação local como o abaixo exposto no Jornal Diário do Maranhão em 1908:

Conferencia: Conforme Noticiários, realizou hontem, no club euterpe, a sua conferência sobre o thema, O feio, o talentoso, acadêmico de Direito Antônio Lopes da Cunha. O assumpto foi tratado pelo conferente com brilho e segurança, conquistando elle do selecto auditório muitos e justos applauzos. (JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO, 1908, p. 01)

E também no Pacotilha:

esteve interessante e concorrida, a conferencia de hontem, que se realizou no club euterpe, com o intelligente academico de Direito Antonio Lopes da Cunha, o Conferente soube aproveitar o seu assumpto – O feio. Revelou uma variada leitura, maifestando-se com criterio sobre o feio na Arte. As suas considerações ora graves, ora joco-serias, mereceram os aplausos dos assistentes. Foi esta a melhor palestra que temos ouvido no Eutepe. (JORNAL PACOTILHA, 1908, p. 01)

Desse modo, mesmo em seu período enquanto acadêmico da faculdade de Ciências Jurídicas, cursando seu ensino superior no Recife, Antônio Lopes da Cunha, através da oficina dos novos, vai manter intenso diálogo com a intelectualidade maranhense da primeira década do século XX, o que vai lhe permitir posição de destaque nos meios acadêmicos locais, propiciando também manter uma intensa vida intelectual no Estado do Maranhão:

Decorreu brilhantemente a festa que vários cultores das letras, offereceram hontem ao eloquente orador e talentoso publicista Antônio Lobo. Estiveram presentes, ao animado agape – os srs Dr Luís Carvalho, tenente Luzo Torres, Alfredo Assiz, Astolfo Marques, dr Raul Pereira, Agostinho Reis, Antônio Lopes da Cunha, Jeronymo de Viveiros, Domingos Barbosa, Fran Paxeco, Américo Maranhão, Luiz Viana, Dr Luiz Serra e Antônio Lobo. (JORNAL PACOTILHA, 1909, p. 01)

Esteve, portanto, já desde cedo inserido como importante componente do campo intelectual local, participando de reuniões e debates, e estando atento ao que era produzido na área das ciências humanas e sociais no Maranhão, integrando-se assim de forma ativa no grupo dos Novos Atenienses mesmo enquanto estudante.

Participou também como colaborador correspondente dos Jornais Pacotilha e Diário do Maranhão, nessa mesma época, contribuindo com notas e artigos em dois dos mais importantes periódicos de grande circulação do Estado do Maranhão à época, lembrando ainda que a imprensa tem um papel fundamental enquanto instrumento de circulação discursiva.

Não obstante, além desse intenso diálogo com os círculos intelectuais regionais maranhenses já no período da sua graduação, Antônio Lopes da Cunha, também viveu o ambiente literário e intelectual da Recife da primeira década do século XX, quando estudou no curso de Ciências Jurídicas na cidade de Recife entre 1907 e 1911, deve-se ainda ressaltar que, a faculdade de Direito do Recife era nesse mesmo período um importante polo difusor do positivismo no nordeste, tendo inclusive contribuído com importantes juristas de caráter nacional nas duas últimas décadas do século XIX, e na primeira República brasileira. (ADEODATO, 2008)

Ainda em relação a Faculdade de Direito do Recife, esta:

foi a instituição acadêmica brasileira que mais se apegou de forma radical às doutrinas científicas vindas da Europa e à certa ética correspondente a elas. Afastados dos centros de decisão política do país, esses pesquisadores viviam a certeza de que representavam a vanguarda científica do Brasil. “Saibamos ser homens de nosso tempo, saibamos ser científicos” (apud Schuwarcz, Lilia Moritz, 1995, p.151), afirmava o professor Octavio Tavares em 1910 aos colegas da faculdade. Interessante ressaltar que essas teorias que incorporavam não eram das ciências naturais propriamente ditas, mas das ciências sociais aplicadas, tais como o Direito e a nascentes Sociologia, que tomam de empréstimo as metodologias positivistas das ciências naturais. (KORACAKIS, 1999, p. 53)

Nesse ponto cabe também destacar que dentro de sua formação acadêmica no Recife, Antônio Lopes da Cunha, teve profunda influência do intelectual cearense Clóvis Beviláqua, um dos mais destacados intelectuais positivistas da primeira república, importante jurista brasileiro e antigo amigo de seu pai Manoel Lopes da Cunha, no período que fora promotor público na cidade de Alcantara no Maranhão durante o período do final do império.

Ainda em relação a Beviláqua, este ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1878, foi discípulo do positivista Tobias Barreto, fortemente influenciado pelo mestre positivista e pelo empirismo evolucionista alemão, voltou-se para o estudo do direito de modo racional e social, também conta ainda com importantes publicações na área do Direito, literatura, filosofia, sociologia entre outras áreas do conhecimento. (COSTA, 2013)

Antônio Lopes da Cunha, retorna a capital maranhense logo após terminar seus estudos superiores no Recife em 31 de março de 1911, fato que foi publicado em nota de primeira página do Jornal Pacotilha desse mesmo dia. E logo, após seu retorno, fixa-se em São Luís de modo definitivo, sendo aprovado, após concurso público, professor vitalício da cadeira de Literatura Brasileira do Liceu Maranhense em 26 de julho de 1911, conforme nota do Jornal Pacotilha desse dia. Profissionalmente passa a exercer o magistério público paralelo a advocacia, sendo ainda professor da cátedra de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito de São Luís, a partir de 1918, faculdade no qual esteve em seu primeiro quadro docente e foi um dos idealizadores e fundadores:

São estes os 18 professores efectivos da Faculdade de Direito a instalar-se indigitados pela associação incorporadora e pela comissão organizadora do mesmo instituto, e seguindo a ordem pedagógica;
Drs. Antônio Lopes da Cunha, Godofredo Mendes Viana, Raul da Cunha Machado, Carlos Humberto Reis, Raimundo Leoncio Rodrigues, João Pereira

de Souza, filho, Clodomir Cardozo, Carlos Augusto de Araújo Costa, Luiz Carvalho, Manoel Jansen Ferreira, Henrique José Couto, Alfredo de Assis Castro, Artur Bezerra de Menezes, Aarão A. Pereira, José Almeida Nunes, João de Lemos Viana e Antônio Bona.

SUBSTITUTOS: - Drs. João da Costa Gomes, Raul Soares Pereira, Antônio José Pereira Júnior, Fabiano Vieira da Silva, I. Xavier de Carvalho, Joaquim P. Franco de Sá, Raimundo Alexandre Vinhais e Tarquínio Lopes, filho. (O JORNAL, 1918, p. 03)

Atuou ainda, enquanto diretor da escola de Belas Artes do Maranhão e fora inspetor escolar municipal por uma década, entre os anos de 1912 e 1922. Politicamente, exerceu também no ano de 1926, o cargo de Intendente Municipal da cidade de São Luís, de forma provisória, cargo este equivalente ao de atual prefeito municipal. (LOPES DA CUNHA, 1973 – notas nas orelhas do livro)

Manteve ainda nas décadas de 1910 e 1920, intensa participação em palestras e conferências, sobre temas ligados ao Direito, a filosofia, a literatura, a História e a realidade maranhense, sendo estas listadas com relativa frequência nos periódicos do Estado como no Exemplo abaixo:

A primeira conferência da série que a Revista Maranhense pretende levar a efeito nesta capital será realizada no próximo domingo. Às 9 horas do dia, pelo dr. Antônio Lopes da Cunha, docente de literatura no Liceu Maranhense e de filozofia e direito da Faculdade de Direito desta capital. Será efetuada no Grêmio dos Maquinistas a rua Antônio Raiol, 60. A entrada é franca. (O JORNAL, 1921, p. 02)

Enquanto advogado, Antônio Lopes teve ainda destacada atuação na cidade de São Luís, nas décadas de 1910 e 1920, sendo frequentemente citado na imprensa local, quanto aos casos o qual defendia no tribunal do júri, especialmente no âmbito do Direito penal. Nesse sentido, cita-se abaixo um desses casos presente nas páginas do Jornal Pacotilha:

Foi submetido hontem a julgamento a ré Maria Martins Machado, acusada como mandante da morte de Felipe Martins Machado, por te-la deshonrado. A causa foi brilhantemente advogada pelo sr. Dr. Antônio Lopes da Cunha, sendo a ré absolvida por unanimidade de votos. (JORNAL PACOTILHA, 1914, p. 01)

Em 20 de novembro de 1925 foi um dos fundadores do atual Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM, em conjunto com outros intelectuais locais, que perfaziam a geração que chamou a si própria de Neo-Ateniense, este inaugurado solenemente em 2 de dezembro de 1925, por ocasião das comemorações do centenário de D. Pedro II, evento que

teve grande repercussão na imprensa local, sendo primeira capa do Jornal A Pacotilha, um dos periódicos de maior circulação a época:

As dez horas da manhã será inaugurado o Instituto de História e Geografia do Maranhão, no salão das sessões da Câmara Municipal. Falará o secretário geral dr. Antônio Lopes da Cunha (...)

O Instituto de História e Geografia

A Inauguração será amanhã

Inaugurar-se-á solenemente amanhã, o Instituto de História e Geografia do Maranhão, a cuja fundação nos referimos anteriormente, como ideia de um grupo de intelectuais de notório mérito que se empenham com a máxima sinceridade e o maior desinteresse, na grandiosa obra de integração do espírito maranhense no quadro da cultura científica do país.

Aproveitando a data, será comemorado também o centenário de D. Pedro II. (JORNAL PACOTILHA, 1925, p.01)

No âmbito da imprensa local atuou como articulista, nas páginas do importante periódico ludovicense *Pacotilha*, tendo ainda uma coluna própria a partir de 1914 chamada de "O Dia", o qual assinava sob o pseudônimo de Ariel, abordando diversos temas que iam desde o cotidiano da capital ludovicense até temas relevantes da política, arte, literatura e cultura nacional, escrevia ainda a seção de crônicas "prosa avulsa" e foi redator chefe do mesmo jornal no período compreendido entre 1914 e 1925.

Antônio Lopes da Cunha que foi ainda considerado um dos grandes incentivadores e praticante do desporto no Maranhão de sua época, aparecendo como um dos sócios fundadores do clube de futebol local Luso Brasileiro, um dos mais destacados clubes do Maranhão nas décadas de 1920 e 1930 e também tido enquanto clube de futebol da elite econômica do Maranhão na Primeira República, fora também foi um introdutor da prática do Escotismo no Estado, dez anos apenas após o surgimento deste no Reino Unido, pratica essa no qual era ainda praticante e um grande entusiasta. (VAZ, 2009)

Na política, durante as décadas de 1910 e 1920, o Maranhão foi palco de um processo de renovação interna dos grupos oligárquicos existentes no Estado no qual três grupos políticos: os *Magalhãesistas*, os *Marcelinistas* e os *Tarquínistas*, brigavam entre si pelo controle da Presidência do Estado (Hoje Governo do Estado) (REIS, 1992, pp. 25-75). Em meio a esse turbulento cenário de disputas oligárquicas Antônio Lopes da Cunha, que vinha de importante família com ramificações no judiciário e na política, e cujo pai, o Desembargador Manuel Lopes da Cunha, falecido em 1924, chegara a ser eleito Presente do Estado para o quadriênio 1902/1906 embora tenha exercido o mandato por somente 7 meses, vindo a renunciar para tratamento de saúde. Colocou-se ao lado do grupo oligárquico *Magalhãesista*, ligado ao Partido

Republicano (PR) maranhense, que tinha como principal líder o político José Maria Magalhães de Almeida²⁵, exerceu também ligado a esse grupo político no ano de 1926, o cargo de Intendente Municipal (Prefeito) da cidade de São Luís.

2.2 ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E OS NOVOS ATENIENSES: FILIAÇÃO À ATENAS, A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA IDENTIDADE LETRADA MARANHENSE

Destarte, Antônio Lopes da Cunha, uma vez formado em Ciências Jurídicas no Recife, e retornando ao Maranhão em 1911, insere-se como um dos principais baluartes dos Novos Atenienses tendo atuação destacada enquanto professor, jornalista, advogado e escritor, sendo um dos Fundadores da Faculdade de Direito do Maranhão e exercendo a cátedra de Filosofia do Direito nesta Instituição, bem como sendo fundador do IHGM em 1925.

Desse modo, no âmbito da realidade local na Primeira República, Antônio Lopes da Cunha pode ser compreendido enquanto sujeito que é construído tanto histórico quanto ideologicamente e seu discurso produzido, emitido e difundido através da reprodução e transformação das relações na sociedade então existente. (PÊCHEUX, 2009).

Nesse sentido, a trajetória dos agentes intelectuais na primeira Republica Brasileira no Maranhão (1889-1930), no qual Antônio Lopes da Cunha também inclui-se foi construída a partir da ideologia decadentista hegemônica junto as elites econômicas, intelectuais e políticas, na qual a representação do cenário socioeconômico, político e cultural pautou a escrita, discursos e práticas da geração de intelectuais que se auto proclamavam novos-atenienses, envolvidos com projetos de revitalização do cenário intelectual no Maranhão, constituíram um grupo relativamente homogêneo de jovens intelectuais conscientes da distância geracional que os distanciava da idealizada ‘era de ouro’ da Atenas Brasileira no século XIX. (MARTINS, 2006)

Não obstante, os Novos Atenienses enquanto intelectuais em busca de afirmação, projetavam em seu discurso não somente uma projeção sobre o passado do maranhão, mas ainda o projeto de construção de um novo futuro, e para isso era necessário dar significado aos enunciados ao qual representavam enquanto um passado mítico e, onipresente, herança dos grandes ‘titãs’ da São Luís Atenas do século XIX, a partir do qual evocavam as glórias dos tempos áureos na tentativa de dar novo dinamismo a intelectualidade local na construção do

²⁵ José Maria Magalhães de Almeida, mais conhecido como Magalhães de Almeida (1883-1945): foi militar e oficial da marinha, tendo atuado ainda enquanto político maranhense, exercendo os cargos de deputado, senador e presidente de Estado no Maranhão entre 1926 e 1930, tendo o advento da Revolução de 1930, enfraquecido sua força política dentro do Maranhão.

que seria uma Nova Atenas em terras maranhenses. Em relação a essa representação discursiva, coloca-nos Bakhtin:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são autossuficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados (...). O enunciado deve ser considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores(...): refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se nestes, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles. (BAKHTIN, 2011, p. 316)

Nessa perspectiva, o próprio discurso dos intelectuais novos atenienses, visava transformar a realidade social. O qual a compreensão perpassava para muito além de apontar ou descrever formas linguístico-discursivas tornando-se, necessário, penetrar nas raízes da representação construída por esses intelectuais acerca dos problemas sociais e culturais do Maranhão de sua época. Raízes estas que perpassam todo um conjunto de estruturas, mecanismos e poderes, com o objetivo de construir argumentos e cientificidade. (SILVA, 2019)

Por conseguinte, houve por parte dos Novos Atenienses a preocupação de forma obsequiosa com a ideia de restauração do passado idealizado, da grandiosa São Luís Atenas brasileira, o qual representavam a si próprios a partir do prisma de continuidade, e ao mesmo tempo pertencimento, a rica história intelectual do Maranhão, construído desse modo para si próprios uma noção singular de notoriedade. (BORRALHO, 2009)

Essa geração constituiu assim uma representação (CHARTIER, 1990), de si própria enquanto um produto direto da derrocada do Maranhão e da Ideologia da decadência, porém esse sentimento, resultou em um esforço para empreender o projeto de um sistema cultural e intelectual dinâmico, que visasse não somente a reconstrução do esplendor cultural idealizado do passado da São Luís Atenas, mas também, a criação de espaços que serviriam enquanto agentes construtores dos discursos culturais, políticos, literários, econômicos, históricos e espaciais geográficos no Maranhão. (SILVA, 2008)

O que resultou em construções discursivas que permearam desde a ideologia da decadência, perpassando pela mítica São Luís Atenas, inaugurando um processo no qual os conceitos discursivos de História, Língua, Inconsciente e Ideologia vão ganhando novas formulações dentro das redes discursivas forjando assim uma ideia própria da singularidade do Maranhão, sua História e sua Realidade. Assim tem-se na escrita dos Novos Atenienses, uma verdadeira construção do enunciado discursivo, na qual encontramos a "relação entre a base (escrita; linguística) e o processo (discursivo-ideológico) (PÊCHEUX, 2009).

Desse modo a presente geração de intelectuais, agiu no sentido de dar novo dinamismo ao que julgava enquanto marasmo intelectual local, através de um processo discursivo ideológico que fornecia aos novos atenienses um sistema de significações que são percebidas, aceitas e experimentadas (PÊCHEUX, 2009). O que na prática levou-os a criação de oficinas, seminários, periódicos, e Instituições ditas científicas e ou acadêmicas, espaço privilegiado para a construção e emissão de discursos, nos quais pode-se destacar a Oficina dos Novos, a Academia Maranhense de Letras, a Faculdade de Direito do Maranhão e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, tendo Antônio Lopes da Cunha participado de modo ativo na fundação e construção dos dois últimos.

Destarte, cabe destacar que a própria constituição por parte desse grupo de intelectuais maranhenses da primeira República brasileira do conceito da São Luís Atenas brasileira perpassa uma construção elitista e aristocrática, advinda de personagens que integravam a elite não somente intelectual, mas também econômica, política e judiciária do Estado do Maranhão (CORREA, 1993).

Como é o caso de Antônio Lopes da Cunha, que atuava: no meio intelectual enquanto jornalista e professor; jurídico: o qual era filho de desembargador e atuava enquanto advogado; burocrático: vindo a ocupar o cargo de inspetor escolar; e político: sendo um filho de ex-governador, tendo participação no grupo oligárquico *Magalhãesista* e chegando a exercer o cargo de Intendente Municipal (Prefeito) de São Luís. Nessa perspectiva, analisar o discurso é interpretar sua própria produção escrita como parte integrante de suas atividades sociais. Pois este acabava determinado o lugar social dentro de um processo histórico do qual efetivamente partia a construção do seu enunciado, ou seja, um determinado lugar histórico, que permitia a Antônio Lopes da Cunha, algumas inserções sociais e produções discursivas em detrimento de outras. (PÊCHEUX, 2009)

2.3 ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E A FUNDAÇÃO DO IHGM: O LUGAR INSTITUCIONAL DE CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Compreenderão os maranhenses dos trabalhos desta associação, que ela viverá? Talvez. E, se o compreenderem, não lhe negarão, por certo, o seu apoio.

Antônio Lopes da Cunha (1973)

Ao analisar determinadas construções discursivas, faz-se necessário a ênfase, não apenas "em suas palavras e seus textos, seus discursos e seus escritos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que os produzem." (FOUCAULT, 2010, p.134), ou seja, entrar em toda a teia relacional e institucional, ligada a produção de saberes específicos a partir dos poderes que a permeiam. Adentrando os lugares Institucionais de onde provém a produção discursiva. Em uma análise da união "do discurso e das instituições que produzem e fazem circular seus enunciados." (MAINGUENEAU, 2008, p.122)

Desse modo ao compreender a escrita, o discurso e a produção de saberes de Antônio Lopes da Cunha, faz-se necessário ainda uma análise de sua rede interrelacional, no qual este encontrava-se enquanto partícipe, bem como as Instituições de saberes oficiais, o qual o presente autor era parte integrante, o qual focaremos de modo mais específico no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

De tal modo que na perspectiva da análise do discurso busca-se apreender o discurso como intricação da produção de um texto a partir de um determinado lugar social, o que significa dizer que a escrita para muito além de um complexo de organização textual, ou situação de comunicacional, se relaciona através de um dispositivo de enunciação. Assim, esse dispositivo pertence tanto ao verbal quanto ao institucional, desse modo, pensa-se o lugar social IHGM de modo interdependente do autor Antônio Lopes da Cunha e das palavras de seu enunciado, e os aparatos discursivos que lhes autorizam. (MAINGUENEAU, 2007, p.20).

Assim, o ano de 1925, pode ser situado, enquanto importante marco para o presente autor, pois neste ano, na cidade de São Luís do Maranhão, reuniu-se na livraria do intelectual e jornalista Wilson da Silva Soares um grupo de intelectuais e homens de letras locais, entre os quais encontravam-se presentes, além de Antônio Lopes da Cunha, os nomes de Justo Jansen Ferreira, José Pedro Ribeiro, José Ribeiro do Amaral, José Domingues da Silva, Domingos de Castro Perdigão, Wilson da Silva Soares, Benedito Barros Vasconcelos, José Abranches de Moura, Arias de Almeida Cruz e José Ferreira Gomes, nomes esses que eram de importantes, juristas, escritores, geógrafos, professores e jornalistas da sociedade ludovicense da época, grupo estes cujo parte significativa dos mesmos haviam sido ainda anteriormente responsáveis pela fundação da academia maranhense de letras em 1908 e da Faculdade de Direito do Maranhão em 1918.

Desse modo, coloca-nos Dominique Maingueneau, que no tocante a construção de um determinado discurso, deve-se ainda:

pensar que existe uma interação essencial entre sua orientação conceptual e sua orientação institucional, em razão do caráter constitutivamente cooperativo dessa atividade. As disciplinas são indissociáveis das comunidades de pesquisadores que compartilham interesses comuns, que trocam informações, que participam de modo privilegiado nas mesmas reuniões de grupo. (MAINGUENEAU, 2007, p. 26)

Por ocasião do encontro acima citado, Antônio Lopes defende então o projeto de criação de um Instituto de História e Geografia, nos moldes de então IHGB, ideia que foi aceita e aclamada então pelos presentes. Em 20 de novembro de 1925 em sessão inicial foi aprovado desse modo o primeiro estatuto e eleita a primeira diretoria da agremiação, era o marco inicial do Instituto, cujas atividades tiveram início em 02 de dezembro de 1925, por ocasião das festividades de comemoração do centenário de nascimento do Imperador D. Pedro II. Conforme relato de Antônio Lopes da Cunha:

Em 1925, tomei a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livraria de Wilson Soares, expondo-lhes a minha idéia de se comemorar o centenário do nascimento de D. Pedro II com a inauguração, nesta capital, de um Instituto de História e Geografia. Os que prestaram apoio à idéia foram: Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, José Abranches de Moura, Arias Cruz, Wilson Soares e José Ferreira Gomes. Mais tarde incorporou-se a esse grupo João Brulino de Carvalho. Ausentes de S. Luís apoiaram calorosamente a idéia Raimundo Lopes, Fran Pacheco, Carlota Carvalho e Antônio Dias, que também foram considerados sócios fundadores do Instituto. (...) A 20 de novembro realizou-se a sessão inicial, sendo apresentado, discutido e votado os estatutos e eleita a diretoria, cujo presidente foi Justo Jansen. José Ribeiro do Amaral foi eleito presidente da assembléia geral. (LOPES DA CUNHA, 1973, p.130)

Assim, na data 20 de novembro de 1925, era, então, oficialmente fundado o hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão – IHGM – com a denominação primeira de Instituto de História e Geographia do Maranhão. Tinha ainda enquanto base de sua atuação, o modelo de organização e objetivos existente, no então, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IGHB - fundado na cidade do Rio de Janeiro, a época capital do Brasil, em 1838; e, assim como seu congênere mais antigo carioca, estava estruturado sobre um modelo de academia francesa, e seguindo uma linha voltada a construção de um projeto de identidade e construção de História local, o que também vinha ao encontro aos objetivos do IGHB, porém esse último voltado a um caráter mais nacional . Nesse sentido, em relação ao IHGB, Manoel Luís Salgado Guimarães observa que este era: “propõe-se a levar a cabo um projeto dos novos

tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social.” (GUIMARÃES, 1988, p.15.)

Em seus anos iniciais o IHGM tinha em seus objetivos também cumprir o que Lilia Moritz Schwarcz coloca enquanto o papel principal dos Institutos Históricos e Geográficos do país entre o século XIX e a primeira metade do século XX,

construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e ventos até então dispersos. Exemplos longínquos dos centros do Velho Mundo, no Brasil, os institutos se propõem a cumprir uma tarefa monumental: “Colligir, methodizar e guardar” (RIHGB, 1939/1) documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para este vasto país, carentes de delimitações não só territoriais. (SCHWARCZ, 1993, p. 99)

Não obstante, sobre o IHGB e o IHGSP (Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), Antônio Celso Ferreira afirma que ambos os Institutos: “se auto incumbiram da tarefa de produzir e difundir o conhecimento histórico e científico, concebendo-o como uma marcha linear em direção ao progresso.” (FERREIRA, 2002, p.108)

Dessa maneira, trabalhando as formações discursivas a partir dos jogos de sua instância. (FOUCAULT, 2010), e no modo como uma enunciação dos discursos supõe ainda uma rede institucional funcionando em teia. (MAINGUENEAU, 2008, p.125). Assim como essas duas outras Instituições congêneres (IHGB e IHSP), o IHGM visou durante a sua primeira década de existência (1925-1935) a produção e a difusão de uma formação discursiva ligada a um conhecimento histórico e científico moldado por um projeto de construção regional da História, Geografia, Território e Identidade do Maranhão construído e sedimentado no amago da tradição historicismo e do iluminismo.

A instituição que "aparece como um microcosmo de um Universo inteiro (...) Assim, o mundo, a instituição e o texto fundem-se numa mesma enunciação." (MAINGUENEAU, 2008, p.126). Nesse aspecto a Fundação do IHGM, em novembro de 1925, podia ser considerada como uma iniciativa constituída principalmente por grupos integrantes das elites intelectuais maranhenses, que constituíram seu universo social na cidade de São Luís, capital do Estado, visando um espaço Institucional para a legitimação de sua escrita e seu discurso quanto ao Maranhão e sua realidade, e instituindo ainda na produção do discurso não apenas um conjunto de saberes e práticas, mas ainda um sistema de restrições semânticas. (MAINGUENEAU, 2008). Não obstante, quanto ao ingresso dos primeiros sócios levou-se em consideração provavelmente sua posição social e sua produção intelectual, visando com este

último fator a própria legitimação da Instituição, tanto no âmbito local quanto nacional, junto a outras agremiações semelhantes.

Destarte, estas instituições, o qual insere-se ainda o IHGM, visavam também normatizar o funcionamento do discurso a partir das relações de exclusão ou inclusão e também com as relações de sustentação e oposição. Sobre aquilo que poderia ser cientificamente válido, ou literariamente dotado de relevância, constituindo uma série de elementos de validação ou não de um determinado discurso. (ORLANDI, 2007)

Grupos intelectuais esses que constituíram o IHGM em sua gênese, formados predominantemente por professores, magistrados, jornalistas, intelectuais e religiosos. Geralmente historiadores e geógrafos autodidatas, nesse aspecto, cabendo destacar que os mesmos ainda não detinham formação acadêmica no âmbito da História ou da Geografia, uma vez que o início dos cursos superiores de ambas as formações no Brasil foram um fenômeno da década de 1930, e no Maranhão especificamente só começaram a surgir na década de 1950, portanto o campo acadêmico universitário da História e Geografia no Brasil ainda era um grande universo a ser construído, sendo que nessa mesma época os Institutos serviam enquanto grandes polos difusores do saber histórico Institucional.

Nesse sentido, quanto ao Discurso e a própria Prática Discursiva, ao se constituir uma análise das práticas discursivas, enfatizando a questão institucional, podemos colocar em relação a esses intelectuais maranhenses da primeira República, os Institutos e Academias, enquanto lugares por excelência do espaço institucional na constituição de um discurso. Assim, a instituição é parte integrante da prática discursiva, tanto quanto a produção dos enunciados discursivos quanto em relação a sua difusão. Desse modo, o funcionamento institucional também se encontra subordinado ao sistema de restrições semânticas da formação discursiva. Logo, todos os aspectos institucionais referentes tanto a produção, quanto a leitura dos enunciados são fenômenos não dissociados da produção material dos discursos, e, portanto, do próprio contexto histórico social político e econômico de formação destes. (MAINGUENEAU, 2008)

Porém muitos desses intelectuais: homens de formação acadêmica médica, jurídica, teológica ou politécnica, terminavam por caminhar ao longo de sua trajetória intelectual pelos mais diversos campos do conhecimento, como a literatura, a história, a geografia, a etnologia e a arqueologia, constituindo assim uma escrita frutífera ao longo de sua vida e trajetória intelectual quanto a publicações nas mais variadas áreas, utilizando desde jornais, até revistas e livros como meios difusores de sua escrita, mas ainda assim, não se caracterizando formalmente, enquanto escritores profissionais, pois estes não viviam das letras, porém tinham

enquanto principal meio de vida e também de sustento, os cargos exercidos nas funções públicas administrativas e burocráticas de estado. O que por sua vez caracteriza também o lugar social de produção discursiva destes agentes. (MAINGUENEAU, 2007)

3. ANTÔNIO LOPES DA CUNHA E SUA PRODUÇÃO ESCRITA

O presente capítulo, objetiva, pautado na metodologia da análise do discurso, a um estudo de caráter historiográfico sobre a produção discursiva de Antônio Lopes da Cunha, presente em seus artigos *Marília e Dirceu*, *o Dicionário Histórico e Geographico do Maranhão* e *Armorial Maranhense*, encontrados na primeira Revista do a época Instituto de História e Geographia do Maranhão, hoje Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), publicada em julho de 1926. E no livro *Alcântara: Subsídios para a História de uma cidade*, também escrito pelo presente autor, com vias a compreensão de sua visão sobre método de escrita da História, Maranhão, Identidade local e de História do Maranhão.

3.1 ANTÔNIO LOPES DA CUNHA NAS PÁGINAS DA PRIMEIRA REVISTA DO IHGM

Em agosto de 1926 foi publicada a primeira edição da revista do IHGM, chamada de “HISTÓRIA E GEOGRAFIA - Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão”, anno I - 1926 – num. 1, julho a setembro, contando com 97 páginas, contendo ilustrações, e impressa na Typ. Teixeira - São Luiz. Seu primeiro diretor foi Antônio Lopes da Cunha e a mesma continha em seu conteúdo 10 artigos, 10 notas da redação, com um número de 6 autores, todos sócios do IHGM. Entre eles Antônio Lopes da Cunha, que naquele primeiro número participou com três artigos: *Marília e Dirceu* (p. 9-16); *O Dicionário Histórico e Geographico do Maranhão* (p. 43-46); e *Armorial Maranhense* (p. 47-53).

As temáticas trabalhadas na revista eram variadas e amplas, dentro da perspectiva de um texto que fosse não apenas científico, mas também atrativo ao público letrado em geral. Não obstante, além das temáticas centrais ligadas a História e a Geografia, perpassavam ainda temáticas, como a arqueologia, a literatura, a etnologia, os estudos genealógicos de famílias e notas em geral relativas ao estado do Maranhão.

Trabalhando assim, os intelectuais que construíram a presente Revista, no âmbito de um espaço social que visa a disponibilização de textos que se colocam enquanto científicos e literários; e exige para tanto uma comunidade de intelectuais que embora compartilhem os mesmos campos do conhecimento, precisam emitir um discurso que seja comum a várias correntes letradas do Maranhão, em busca de uma maior difusão de suas ideias. (MAINGUENEAU, 2008).

Nos artigos publicados também é comum observar a inexistência de referências bibliográficas ou fontes citadas, o que leva a supor que parte expressiva dos primeiros

integrantes, embora com amplo conhecimento enciclopédico sobre a História e a Geografia do Maranhão, ainda não havia constituído um método epistemológico sobre a sua construção escrita, a exceção pode-se citar o artigo intitulado, *Armorial Maranhense*, escrito por Antônio Lopes da Cunha. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926)

"Encetando a publicação desta revista o Instituto de História e Geographia do Maranhão realiza uma das mais importantes promessas do seu programma." (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p.05). Com esta frase, escrita pela redação da primeira revista do IHGM, inaugurava-se a publicação. A revista que era sem dúvida um dos principais objetivos a qual se propunha os integrantes do Instituto, pois através desse meio impresso, seus sócios e entre eles Antônio Lopes teriam um espaço privilegiado para a publicação e divulgação das suas produções, objetivos e ideias perpassando não apenas seus pares intelectuais, mas também tendo potencial para alcançar todo um público letrado dentro do estado. Garantindo desse modo a sua autoafirmação em meio ao universo letrado maranhense do período e constituir a legitimidade necessária à sua produção intelectual, contribuindo para a constituição de um estatuto de verdade científica. Interagindo ainda com as exigências de um sistema de restrições semânticas (MAINGUENEAU, 2008).

Visando compreender o discurso emitido por Antônio Lopes da Cunha na primeira revista publicada pelo instituto em 1926, sob uma perspectiva da análise do discurso, partiremos para um estudo dos três artigos escritos pelo intelectual maranhense e publicados nesse periódico. Pois como aponta Bakhtin, presente no texto está todo:

Um conglomerado de conhecimento e métodos heterogêneos. (...) Partindo do texto, eles perambulam em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da vida social, do psiquismo, da história, e os unificam por vínculos ora causais, ora de sentido, misturam constatações com juízos de valor. Da alusão ao objeto real é necessário passar a uma delimitação precisa dos objetos da investigação científica. (BAKHTIN, 2011, p. 319)

Descrevendo também os enunciados presentes nos artigos no campo do discurso e nas relações de que são suscetíveis. (FOUCAULT, 2010, p.35), trabalhando a relação existente entre o conteúdo dos artigos, a Instituição no qual os mesmos foram produzidos e o mundo no qual foram consumidos (MAINGUENEAU, 2008). Referindo-se ao mesmo tempo "a um saber e a um conjunto de práticas, de instituições." (MAINGUENEAU, 2008, p.127) e estudando o autor como "um homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios." (BAKHTIN, 2011, p. 319)

Compreendendo também o discurso enquanto uma forma de saber e poder específicos, sob uma ótica foucaultiana. Nesse sentido Michel Foucault aborda que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2006, p.10). E esse mesmo poder irá constituir regras próprias de produção e circulação dos enunciados, além de formar sistemas de produção de verdades que o legitimam. Ainda de acordo com Foucault podemos conceitualizar a noção de discurso como,

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 2006, p.135-136).

Partindo dos pressupostos teórico-metodológicos colocados por Foucault (2006, 2010), Maingueneau (2007,2008) e Bakhtin (2011) a partir dos conceitos desenvolvidos por esses autores quanto a análise do discurso, abordaremos portanto a produção discursiva construída por Antônio Lopes da Cunha nas páginas da primeira revista publicada pelo IGHM, unindo o texto ao contexto, visando compreender como as ideias que perpassavam esse discurso eram produzidas, quais os projetos e objetivos desse sócio fundador do Instituto, sua percepção de narrativa histórica e qual a leitura que este fazia da realidade maranhense em que estava inserido em sua época. No qual o texto aparece ainda como um "reflexo subjetivo do mundo objetivo, o texto como expressão da consciência que reflete algo" (BAKHTIN, 2011, p. 318).

O Primeiro artigo escrito por Antônio Lopes da Cunha, ora analisado é intitulado *Marília e Dirceu*, artigo escrito e publicado inicialmente por Antônio Lopes da Cunha no Rio de Janeiro, e republicado na Revista do Instituto de 1926, em formato de crítica literária que tematizava a veridicidade de determinadas fontes utilizadas por alguns historiadores da literatura brasileira em relação a alguns dos episódios concernentes ao movimento separatista da Inconfidência Mineira, mais precisamente a relação amorosa existente entre Maria Dorotéa Joaquina de Seixas (Marília) e Tomaz Antônio Gonzaga (Dirceu), ambos importantes agentes dentro do processo de construção do movimento inconfidente. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926. p. 9-14.).

No âmbito do presente artigo, cabe-nos ainda destacar que Antônio Lopes da Cunha, apesar de sua formação acadêmica em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu profissionalmente o magistério do ensino secundário, o qual fora professor de literatura

brasileira no Liceu Maranhense, sendo que a literatura, assim como o Direito e a História, era um dos campos intelectuais no qual o presente autor detinha afinidade, e transitava com naturalidade, desenvolvendo ainda nessa área boa parte de seus escritos. Sendo ainda uma característica fundamental de sua escrita, esse trânsito pelos campos da literatura, do Direito e da História.

Assim, nota-se que o contexto sócio-histórico de formação acadêmica e ideológica do autor, termina por contribuir de forma significativa para a construção do seu discurso, este portanto influenciado por uma historicidade intelectual referente a sua época. (MAINGUENEAU, 2008).

Destarte, nesse artigo, Antônio Lopes da Cunha começa a construção do seu discurso com uma apologia a importância da pesquisa arquivística na prática do ofício do historiador e sua escrita: “Tomam novo alento as investigações históricas no país. Rebuscadores trazem a cada instante, dos arquivos, surpreendentes revelações do Brasil de antanho.” (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 9). A construção da narrativa do presente em relação ao passado dar-se desse modo para Lopes da Cunha principalmente por meio de fontes documentais oficiais, estas encontradas nos arquivos e, portanto, com sua legitimidade reconhecida.

Constituindo assim um discurso no qual a verdade histórica é conhecida a partir das fontes documentais. Legitimando desse modo, um modelo de História colocada tal qual ocorreu, enquanto um fato, ou uma ocorrência, um fato já passado, um conhecimento de eventos únicos e incapazes de serem repetidos, singulares desse modo, todavia situados documentalmentemente em uma data e lugar. (REIS, 2006, p.38).

De tal modo, que mesmo em uma crítica literária, faz-se presente uma construção discursiva sobre a cientificidade na prática da pesquisa e escrita histórica. Ensejando quanto ao grupo ao qual Antônio Lopes dialoga, afinidades científicas que visam ao mesmo tempo delimitar fronteiras e criar linhas de método e partilha epistemológica. (MAINGUENEAU, 2008).

Dessa forma, abstrai-se, portanto, uma visão da história enquanto disciplina, ciência com método de pesquisa e análise próprio, enxergando-se ainda de forma nítida a influência do historicismo Rankeano do século XIX (1801-1900), sobre esse arcabouço teórico e metodológico, o historiador inglês, Peter Burke aponta-nos ainda que,

A revolução histórica associada a Ranke era sobretudo uma revolução nas fontes e nos métodos, que deixavam de usar as histórias [sic] mais antigas ou “crônicas”, substituindo-as pelos registros oficiais dos governos. Os Historiadores começaram a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboraram

uma série de técnicas cada vez mais sofisticadas para avaliar a confiabilidade desses documentos. Portanto segundo eles, a história que produziam era mais objetiva e mais “científica” que a de seus predecessores. (BURKE, 2002, p. 17)

Lopes da Cunha prosseguia a sua narrativa exaltando a Minas da segunda metade do século XVIII, importante centro intelectual e econômico do Brasil de então com seus poetas, seu ouro, seus impulsos nativistas, suas grandezas e tragédias, esta visão de grandeza e tragedia colocada pelo autor podendo ainda ser entendida enquanto referente ao movimento inconfidente, e colocando como a importância que novos documentos da época do movimento e recentemente encontrados poderiam dar novo impulso aos estudos relativos ao movimento da Inconfidência Mineira,

A Minas crepuscular do século XVIII, com os seus poetas e os seus iluminados, os seus capitães generaes e o seu ouro, os seus impulsos nativistas e as suas opressões, os seus faustos e tragédias, vai ressurgindo dos véus nevoentos que nol-a occultavam em grande parte, e agora mesmo recebe o publico duas optimas promessas de contribuições para o estudo do seu passado, - uns documentos relativos a Inconfidência, achados pelo diligentissimo Alberto Lamago, e um livro do Sr. Thomaz Brandão sobre dois vultos daquelles tempos que ainda não há muito serviram de assumpto a curiosa discussão. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 9)

Nota-se no texto que o autor tem uma preocupação com o cuidado empreendido com as fontes documentais quanto à escrita da história, constituindo uma visão de documento profundamente ligada à linha de trabalho positivista do século XIX (1801-1900), no qual segundo Le Goff, (1992, p. 539), há o triunfo do documento coincidindo com o texto e “a partir de então todo o historiador (...) recordará que é indispensável o recurso do documento.” Logo, o documento ganha para Lopes da Cunha uma importância tão grande, que um novo documento oficial, em detrimento da própria teoria, por si só seria capaz de modificar a visão sobre o passado.

Desse modo, vê-se constituir no autor um modelo de História enquanto escrita sobre o passado, cuja narrativa era moldada pelos elementos epistemológicos das metodologias do positivismo e no historicismo rankeano do século XIX. Nesse sentido o mesmo reproduzia uma visão de história, que mesmo em um texto de crítica literária, se colocava enquanto História científica que nas palavras do historiador José Carlos Reis:

pretendeu emancipar-se da influência da filosofia da história e tornar-se científica (...)A *história científica*, que surgia, parecia não pretender mais discutir o sentido histórico, nem a história universal, mas produzir um

conhecimento positivo, observando fatos e contrapondo suas relações. (REIS, 2006, p. 36)

Em sua escrita Lopes da Cunha, também destacava a importância do trabalho por parte do historiador de se debruçar por sobre os arquivos e bibliotecas em busca do saber oficial escrito, de se coletar e publicar novos documentos que pudessem contribuir para a composição da História do Brasil e do Maranhão dentro da perspectiva de um viés totalizante.

Escrevendo ainda o autor inserido em uma lógica argumentativa a partir da constituição de um fazer historiográfico ligado a História da literatura, que pretendia-se científico em seu conteúdo, de acordo com o modelo de História ciência legitimada a época, em sua prática discursiva Antônio Lopes da Cunha trabalhou sobre o público alvo do discurso o convencimento não apenas "pelos argumentos expressos, mas pela própria enunciação desses argumentos por tal discurso, isto é, pelo universo de sentido ao qual remete este último" (MAINGUENEAU, 2008, p. 113).

Não obstante, a partir do pensamento de Michel Foucault, pode-se abstrair que o arquivo é um sistema capaz de produzir enunciados como acontecimentos singulares, ao longo da história que para além de um conjunto de documentos, perfazem desde o aparecimento, até o apagamento de enunciados discursivos. (FOUCAULT, 2010)

Na sequência de seu texto Antônio Lopes, adentrou ainda um debate a época travado nas páginas do Jornal carioca Correio da Manhã, envolvendo os Sr. Djalma Andrade, estudioso da literatura mineiro e o Sr. Mayrink, sobrinho bisneto da Maria Dorotéia Joaquina de Seixas (Marília), que teria inspirado o inconfidente e poeta mineiro Tomás Antônio Gonzaga na composição de sua obra literária Marília e Dirceu. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926)

Mas para além das polemicas travadas a época em torno da representação constituída sobre a jovem pelo qual o inconfidente mineiro Tomás Antônio Gonzaga havia se apaixonado. Antônio Lopes da Cunha construiu um discurso que se constituiu a partir das restrições de outro discurso em determinada época ou momento histórico (MAINGUENEAU, 2008), teceu uma crítica ao Sr. Djalma de Andrade e a autores anteriores que trabalharam a figura histórica de Marília e no qual Andrade baseava sua narrativa: "Certo o Sr. Andrade, nas suas Crônicas, não trouxe acusações novas a Marília. Reeditou com ares de novidade as velhas informações apressadas de Ferdinand Denis e as referências grosseiras de Burton." (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926. p.10)

Defendeu ainda no campo discursivo, os estudos desenvolvidos pelo Sr. Thomaz Brandão, a época filólogo e historiador mineiro sobre os eventos envolvendo Maria Dorotéia

de Seixas (Marília) e Tomás Antônio Gonzaga dentro do contexto da Minas no século XVIII e do evento da inconfidência mineira, e por fim visou dar por suspeitas algumas fontes e trabalhar a veracidade delas. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926). Constituindo, portanto, o conceito colocado por Maingueneau, (2008), como 'o interdiscurso', algo que precede o próprio discurso, sendo este um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos pelo autor para legitimar o seu próprio discurso.

Passa-se agora a análise do segundo artigo intitulado *Diccionario Histórico e Geographico do Maranhão*. A organização de um dicionário histórico e geográfico do Maranhão era mais um dos objetivos a qual se propunha o Instituto, previsto em seu primeiro regimento²⁶. No presente Artigo intitulado *Diccionario Histórico e Geographico do Maranhão*, escrito por Antônio Lopes da Cunha, o autor tematizou sobre o Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão, obra do maranhense César Augusto Marques, escrita durante o século XIX e publicada pela primeira vez em 1864, com o título *Apontamentos para o Dicionário histórico, geográfico, topográfico e estatístico da Província do maranhão*. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926).

Maingueneau (2008, p. 130), aponta-nos que, "cada texto que pertence a um discurso reafirma os contornos do espaço do citável". Nesse sentido Lopes da Cunha apontava para a necessidade da publicação de uma edição atualizada, revista e ampliada da obra de Marques e exaltava a mesma e o trabalho construído por seu autor:

Não é um assombro de profundez o livro do nosso venerado conterrâneo- Este não via os problemas da nossa história e geographia muito além da superfície, nem consideravelmente mais lhes permitiam os dados aqui disponíveis no seu tempo. Mas, e é este o seu mérito, terminou a obra depois de ter feito um inquérito sobre o que era sua convicção constituir toda ou quasi [sic] toda a geografia e a história da Província e da maneira que lhe foi possível. (...) O trabalho de Cesar ainda hoje seria difficilimo realizá-lo sobre bases muito mais positivas, na situação em que nos encontramos no tocante ao conhecimento do Maranhão. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 43).

Lopes da Cunha lia a obra de Marques a partir de uma perspectiva de autoafirmação local, exaltando-a e também apresentando-a como fruto da superioridade da própria mentalidade maranhense. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926). Destaca, nesse sentido, que, “o rico repertório é obra que honra de certo a mentalidade maranhense e, a muitos respeito, indispensável e insubstituível (...) sem ellas quanta cousa do Maranhão ficaria na penumbra” (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 44).

²⁶ Art. III do Regimento Interno, publicado em (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 61-62).

O autor seguiu a sua narrativa colocando a importância do conteúdo presente no dicionário de Marques para o conhecimento sobre o Maranhão: “Sempre foi nossa convicção que o dicionário do laborioso provinciano é a fonte mais importante para o conhecimento do Maranhão pelos que a esta terra são estranhos e o do Maranhão por si mesmo.” (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 45).

Buscou a legitimação de uma determinada construção enunciativa sobre o Maranhão, sua História e sua Geografia a partir da obra de Cesar Augusto Marques, nesse sentido: "a biblioteca funciona também como fator de qualificação dos enunciados que decorrem da formação discursiva de que se trata. Ela delimita o que é necessário possuir para enunciar legitimamente". (MAINGUENEAU, 2008, p. 130), qualificando portando sua escrita institucional, e seus discursos em seu caráter enunciativo a partir da obra de Marques colocada enquanto um clássico.

Lopes da Cunha também ressaltava a importância de se republicar a obra de Marques em comemoração ao centenário de nascimento do historiador maranhense, de acordo com ele,

Aproximando-se o centenário do nascimento de Cesar Marques (dezembro desse anno, dia 12) vemos com pesar que não se cogita de reimprimir o seu quase verdadeiro elucidário numa edição popular, que devia até ser realizada por iniciativa official, ou, em edição erudita, enriquecida pelo trabalho de revisão e accrescimo. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 45).

Após colocar a necessidade da reimpressão da obra de Marques de modo revisto e atualizado e até mesmo com uma linguagem mais popular e acessível e lamentar pelo poder público local não encampar tal projeto, colocado pelo autor como de fundamental importância para a compreensão da realidade Maranhense. Lopes da Cunha segue chamando a atenção para que o Instituto se impusesse na obrigação de empreender mais esse projeto e apelava para a boa vontade individual visando a conclusão do mesmo.

O Instituto de Historia e Geographia impoz aos da sua companhia a obrigação de se entregarem a tão imprescindível reforma. (...) Enquanto não se inicia um esforço colectivo apellemos para o individual, senão dos competentes ao menos dos bem intencionados. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 45).

O empreendimento de se construir um grande livro que organizasse e sistematizasse os conhecimentos ligados a História e a Geografia do Maranhão, no modelo enciclopédico iluminista, mediante a revisão crítica da obra de César Marques e a sua atualização com

documentos, fontes e informações que fossem achadas ou coligidas, visava encampar também o conjunto da sociedade maranhense, nesse projeto.

Resta concitar os que reuniram alguns conhecimentos sobre o Maranhão assim como todos aquelles que possam corrigir quaesquer enganos occorrentes pelas notas, a desenvolverem, uns assumptos nestes tratados e as apresentarem outros as emendas cabíveis, sempre recebidas com a maior satisfação. Contribuições Novas, alheias, e ampliações ou emendas aos apontamentos serão opportunamente publicadas. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 46).

Assim revisar-se-iam os estudos, as fontes, notas e informações sobre o Maranhão dentro de um dos principais objetivos a qual se colocara o Instituto, o projeto de composição de um dicionário que reunisse os conhecimentos sobre a História e a Geografia do Maranhão, a partir da atualização da obra de César Augusto Marques. Considerada dentro do campo discursivo que envolvia o meio de intelectuais no qual Lopes da Cunha era participe a época como uma das principais referências dentro do conhecimento histórico e geográfico sobre o Maranhão. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926).

Para Pêcheux (2009), a produção de sentido em um determinado discurso de um autor não pode ser pensada nas esferas interindividuais ao qual esse autor insere-se mas deve ser tomada a partir da interação do autor entre grupos, nesse sentido a atualização do Dicionário Histórico e Geographico do Maranhão de Cesar Marques, defendida de modo enfático por Antônio Lopes da Cunha, não é apenas uma demanda de caráter individual do presente autor, mas também, um ensejo de todo o grupo de intelectuais novos atenienses ao qual Antônio Lopes da Cunha integrava.

O artigo seguinte, intitulado: *Armorial Maranhense* (p. 47-53), escrito por Antonio Lopes da Cunha, faz a constituição da História do Maranhão a partir da trajetória de algumas famílias maranhenses colocadas pelo autor como integrantes de uma nobreza local, também trabalha a heráldica dos brasões e armas do Estado e suas origens e exalta o Maranhão e seu passado. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926)

Em *Armorial Maranhense*, vemos referências às obras de João Francisco Lisboa e César Augusto Marques, colocados como modelo de historiadores a serem seguidos e temos a constituição de um discurso sobre a origem maranhense, remetendo aos fundadores europeus e a constituição da colonização.

esforçou-se João Francisco Lisboa por provar que não começou a colonização entre nós com levas de degredados. Aos fundadores da malograda França Equinocial sucedeu a gente de Jeronymo de Albuquerque e Alexandre de

Moura. A seguir a leva povoadora engrossou com a vinda de colonos do Reino e das Ilhas (...) Do elemento estrangeiro ficara uma pouca de gente franceza” (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 47)

Notamos ainda, a construção discursiva da figura do herói regional maranhense que já começara com João Lisboa desde o século XIX. Manuel Beckman é colocado como um iniciador do sentimento de nacionalidade brasileira no Maranhão, Lopes da Cunha exaltava as “Lutas e sacrifícios do povo pelas suas garantias no episódio do Bequimão, o mais notável da vida municipal: irradiação intelectual numa phase da vida nacional.” (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 52). Com um sentido de narrativa história ligada à necessidade de construção de figuras heroicas no tocante a História do Maranhão. Mas vemos também no trecho não apenas a construção da figura heroica de Beckman, mas também a exaltação do movimento enquanto irradiador intelectual de um sentimento de nacionalidade, reproduzindo o discurso do passado maranhense como de grandeza intelectual. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 52)

O que vem de encontro a um fazer historiográfico, no qual o discurso constrói uma narrativa sobre o passado, que constitui certas realidades de que falam, tecem conceitos e visões sobre o passado e funcionam em rede. Formando assim um estatuto de verdade que possui seus domínios associativos, excluem enunciados colocam em evidencia a outros, reorganizam e formam múltiplos sentidos em relação ao passado, desse modo, a noção de acontecimento histórico perpassa a relação indissociável entre verdade e subjetividade, se colocando enquanto discurso de verdade, forjando um passado mítico e heroico e excluindo ao mesmo tempo outras enunciações discursivas possíveis. (FOUCAULT, 2010).

A menção a São Luís colocada como Atenas Brasileira no sentido de berço de escritores, literatos e poetas aparece na revista, quando o autor faz referência à mesma, a fundação francesa de São Luís, a colonização portuguesa do Maranhão, a Revolta de Beckman e ao chamado grupo Maranhense, colocando a necessidade de serem simbolicamente representados dentro do brasão do Estado:

Seria tudo isso representado collocando-se nas armas: no escudete, parte superior em ouro, as tres naus da expedição franceza com flores de Liz nas velas, e na parte inferior, as quinas de Portugal, em azul, no escudo, algo que afirme a democrática aspiração de liberdade (a simples palavra libertas ou a data MDCLXXV do desenlace da luta popular contra o monopólio) e o valor da intelligencia (três abelhas de ouro, que são também, em heráldica, os symbolos da esperança ou a figura de Pallas- Athenea, protectora de Athenas, ou ainda melhor sete estrellas de ouro representando as figuras primaciaes do movimento conhecido na historia [sic] da litteratura brasileira pela denominação de Grupo Maranhense, a saber Gonçalves Dias, João Lisboa, Odorico Mendes, Gomes de Souza, Sotero dos Reis, Antonio Henriques Leal e Bellarmino de Matos. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926, p. 52)

A exaltação de nomes intelectuais de um passado colocado como glorioso, construído enquanto forma de exaltação a um projeto identitário, traduz-se numa construção conservadora

como forma de “representação”²⁷ da realidade local e da identidade maranhense. Identidade essa forjada a partir da representação de São Luís como Atenas Brasileira e dos maranhenses enquanto agentes intelectuais construtores e participes dessa Atenas.

Forjando desse modo um discurso de verdade sobre o Maranhão, unindo o presente e o passado, dentro de uma narrativa, cujo discurso faz dotar-se de autoridade científica não somente pelo método de análise, mas também pelo reconhecimento e a assimilação, por parte do público que o consome. (BAKHTIN, 2011)

Tivemos, portanto, a constituição de um enorme esforço despendido por grupos sociais ligados à elite intelectual, política e econômica local em tecer, a partir de determinadas referências históricas um projeto de identidade regional que fora hegemônico nesse período, para o qual ganhou força a invenção de uma imagem mítica do intelectual ateniense do maranhão, invenção canônica profundamente elitista, que se estabelece a partir da interação discursiva de enunciados emitidos por sujeitos sócio-históricos e ideologicamente estruturados, que realizam uma comunicação capaz de produzir efeitos de sentido sobre todo um grupo de pessoas, capaz até mesmo de transcender uma época histórica. (BAKHTIN, 2011)

Grupos sociais estes, da qual Antônio Lopes da Cunha, através de sua escrita na primeira Revista do IGHM, também fora agente construtor, e que refletirá na construção historiográfica de uma realidade idealizada que ainda hoje é dada a ler de modo específico pelos mais diversos grupos sociais: o mito da Atenas Brasileira que permanece se atualizando e se resignificando de acordo com a época histórica em que é colocado desde a sua invenção no século XIX até os dias atuais.

Assim vê-se em Antônio Lopes da Cunha, o esforço para transmitir uma determinada imagem sobre o Maranhão, própria do agrupamento social ao qual este era pertencente, o grupo de intelectuais novos atenienses, uma imagem sobre o passado e o presente do Maranhão, moldada a partir do ato de enunciação do discurso, com o objetivo de convencer e persuadir o público letrado maranhense, e cuja construção epistemológica está ligada à própria enunciação discursiva. (MAINGUENEAU, 2008).

Em Armorial Maranhense vemos também como na década de 1920, Antônio Lopes da Cunha vai forjar um projeto de identidade e singularidade regional, dentro de um conjunto de enunciados apoiados na formação discursiva (FOUCAULT, 2010). Concebido a partir de uma narrativa histórica então já colocada enquanto saber científico oficial, que se caracterizava pela

²⁷. A Noção de Representação compreendida como Chartier coloca como “em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p.16-17).

construção discursiva de quatro elementos basilares principais organizados linearmente; pela fundação francesa da cidade de São Luís, pela heroica colonização portuguesa que se seguiu a mesma, pela Revolta de Beckman considerada como elemento fundador de uma nacionalidade brasileira e pela vocação literária e intelectual local, estruturada no “mito” da Atenas Brasileira. (HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 1926).

Porém os discursos são feitos não apenas de signos; "mas o que fazem é mais utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis a língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever." (FOUCAULT, 2010, p.55).

Nesse sentido que o discurso de Antônio Lopes da Cunha compartilhado também pela geração de intelectuais do qual o mesmo era integrante, os chamados Novos Atenienses foi se incorporando ao longo do século XX junto à boa parte dos intelectuais e historiadores maranhenses, repetindo-se constantemente no imaginário local, e sendo tomado enquanto estatuto de verdade, protegido por um modelo de epistemologia histórica construída por seus integrantes visando a um discurso de verdade enquanto ciência histórica. (FOUCAULT, 2006).

Constituindo desse modo todo um espaço de exterioridade em que se desenvolveu uma dinâmica rede de lugares distintos (FOUCAULT, 2010, p.61). Mas cabe-nos enquanto historiadores descortinar esse passado, compreendendo-o como uma construção que foi textualmente construída enquanto discurso e historicamente determinada, em consonância com o modo pelo qual uma determinada sociedade se compreende (CERTEAU, 2008), ou constrói um conjunto de representações sobre si própria. (CHARTIER, 1990).

3.2 ALCÂNTARA: SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DE UMA CIDADE

O Livro Alcântara: Subsídios para a História de uma Cidade, constitui-se enquanto uma importante obra para a compreensão do discurso de Antônio Lopes da Cunha, ao abordar a história da cidade de Alcântara, durante seu período colonial, dando ainda elementos para a compreensão daquilo que era entendido por Antônio Lopes da Cunha sobre a prática e o ofício de se escrever a História do Maranhão. (LOPES DA CUNHA, 2002).

A escolha do presente livro para análise deveu-se principalmente por ser uma vasta obra na qual o presente Autor escreve sobre a temática do Maranhão colônia, tendo enquanto delimitação espacial geográfica a então cidade de Alcântara, constituindo-se desse modo enquanto um importante texto para a compreensão da escrita da História constituída por Antônio Lopes da Cunha, além de sua visão sobre o passado do Maranhão no período colonial,

e por conseguinte a presente obra ainda oferece elementos para o estudo de como o presente autor enxergava a prática da escrita da História.

Seu estilo de escrita, pode ser classificado como erudito, o qual propõe ainda uma escrita que se coloca não apenas como dotada de valor histórico para futuras pesquisas, mas também enquanto de caráter científico como texto que constitui um estatuto de verdade em relação ao passado da então cidade de Alcântara. (FOUCAULT, 2006)

Nesse sentido, cabe-nos destacar, que Antônio Lopes ao iniciar a escrita da história da hoje cidade de Alcântara, enceta sua obra a partir do projeto de colonização Francesa no Maranhão, a França Equinocial, na época que a região era ocupada por aldeamentos de povos indígenas:

As primeiras referências [sic] a Tapuitapera encontram-se nas cartas e outras informações escritas pelos franceses que iniciaram a colonização das terras maranhenses, e principalmente nos livros tão preciosos para a sua história traçados pelos Capuchinhos Franceses Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville. (...) Tapuitapera fazia então parte de um grupo de quinze a vinte aldeias de continente, situadas em região que o missionário Claude d'Abbeville assinala como 'mais rica e agradável e fértil' do que a Ilha em que fora edificada S. Luis. Era a Aldeia mais notável e o seu nome se estendia-se as Terras Circunvizinhas. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 29)

Desse modo Antônio Lopes da Cunha, toma enquanto referência inicial a história da Região, os escritos franceses, mais precisamente as obras dos padres Capuchinhos Franceses Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville, realizando um fazer historiográfico, portanto, historicista, ao qual o acesso ao passado dar-se através das fontes escritas oficiais sendo que a História propriamente dita, tem seu início a partir da cultura escrita. Não obstante, segue o presente autor dando ênfase ao projeto de colonização francesa no Maranhão: “Acerca da Aldeia que depois viraria Vila e Cidade, sob o nome de Alcantara, e da Região de Tapuitapera e Cumã, antes conquistada sem grande esforço a Terra do Maranhão a La Ravardierre”. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 47).

Destarte, no âmbito discursivo, Antônio Lopes da Cunha, assim como a geração de intelectuais novos Atenienses, é novamente signatário da ideia da fundação francesa de São Luís, enfatizando desse modo a História do Maranhão enquanto iniciada a partir da colonização francesa, dando destaque a essa, assim como na relação desenvolvida entre os franceses e os povos indígenas, que então habitavam as regiões então chamadas de Tapuitapera e Cumã.

Dessa forma, em relação a construção do ideário da fundação francesa de São Luís do qual a elite econômica, política e intelectual do Maranhão na primeira República era signatária,

grupo esse ao qual Antônio Lopes da Cunha era integrante, coloca-nos a professora Maria de Lourdes Lacroix, na tese que esta defende enquanto mito da fundação francesa de São Luís:

A elite maranhense, influenciada pelas ideias e práticas francesas sopradas durante todo o século XIX, edificava seus “tempos de glória”, delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular, com ênfase ao traço cultural literário. Aconteceu em São Luís a invenção de tradições, fenômeno comum na última década do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX. No bojo do discurso laudatório, constituindo a comunidade maranhense como a mais erudita, elegante, gentil e hospitaleira, surgiu a construção de uma outra distinção: a da fundação de sua capital pelos franceses. Aquele momento de rápidas transformações sociais exigiu dispositivos confirmatórios de uma identidade e coesão social. Os métodos do recém-instalado governo republicano incluíam feriados, cerimônias e heróis. No Maranhão, La Ravardière, fidalgo francês, tornado novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque, o valente mestiço de português com índia, a honra da fundação da “Atenas do Brasil. (LACROIX, 2005 p.55-56)

Assim, havia ainda uma conexão direta entre o discurso da fundação francesa de São Luís, e o Discurso da São Luís Atenas brasileira, destacando-se ainda que ambas as construções discursivas se uniam e agiam de modo a legitimar-se de forma conjunta.

Não obstante, sendo o texto escrito, um espaço de materialização dos discursos, estes encontram-se carregados pelas ideologias de uma determinada época, formas de pensamentos de seu autor, e crenças naturalizadas na sociedade ao qual o discurso foi enunciado, além de restrições discursivas próprias dos valores inerentes ao contexto histórico (PÊCHEUX, 2009), de modo que a materialização escrita do discurso da fundação francesa de São Luís, esteve presente no âmbito não apenas da escrita de Antônio Lopes da Cunha, mas de parte significativa da produção intelectual e historiográfica do Maranhão ao longo do século XX, sendo sua presença notada até os dias atuais e seu debate no âmbito historiográfico ainda bem intenso nos dias de hoje. Tal discurso deve-se ainda colocar também foi bem solidificado no Imaginário da população maranhense. (LE GOFF, 1992)

De tal modo que sociedade maranhense ao qual o autor estava integrado em seu contexto, era percorrida por um agregado de palavras com poder de ação, que atravessam numerosos espaços discursivos, e grupos que o constituíam a partir de projetos próprios ligados a construção de uma Identidade Maranhense (Atenas Brasileira), e a um enunciado referente a História do Maranhão, colocado enquanto dotado de cientificidade, a Fundação Francesa de São Luís e a França Equinocial. (MAINGUENEAU, 2007)

Assim, o contexto histórico ao qual transita Antônio Lopes da Cunha, é fundamental na formação de seu enunciado escrito, pois todo um universo constituído pelo autor de estruturas formais e escrita está também atravessado pelos pensamentos ideológico e cultural oriundos da diversificada experiência sócio-histórica dos grupos sociais aos quais Antônio Lopes era partícipe. (BAKHTIN, 2011).

No sentido da ênfase de Antônio Lopes da Cunha, em um fazer historiográfico pautado na escrita documental enquanto fonte para a reconstituição do passado, o que também se notava nos artigos por ele escritos na primeira Revista do IHGM, essa remete diretamente a teoria historicista ou escola rankeana muito em voga entre os historiadores de sua época, na qual:

A tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente e seguros; a partir desses fatos, por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação. Segundo Von Ranke, a ciência positiva pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica. (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 114)

Destarte, o presente autor ao longo do livro tenta ainda constituir um modelo de História factual e política, ligada ao método positivista, lembrando que este é oriundo da Faculdade de Ciências Jurídicas do Recife, sendo a época um dos maiores polos difusores da filosofia positivista do Brasil. Desse modo, o fazer historiográfico de Antônio Lopes da Cunha está ainda ligado a uma consciência autônoma o suficiente para, a partir de uma posição externa ao objeto de estudo, o passado histórico colonial da cidade de Alcantara, passar ao leitor a compreensão desse passado em sua totalidade. (LOPES DA CUNHA, 2002).

Dentro dessa visão expressa pelo autor, sobre o ofício do historiador, este resente-se ainda pela falta de volume de documentação escrita em relação a história da cidade, colocando os arquivos paroquiais enquanto principais fontes oficiais de registro histórico, mas abordando a escassez desses documentos, os quais responsabiliza a ação de agentes biológicos (cupins e traças) ao longo do tempo e a falta de cuidado por parte dos religiosos responsáveis por estes arquivos. Destaca-se que o autor associa essa escassez de fontes documentais ao pouco conhecimento e a dificuldade de realizar-se a tessitura da história não apenas da Alcântara de sua época, mas ainda de outras cidades coloniais brasileiras, colocando tal fenômeno, enquanto algo não isolado:

Pouco se sabe da história da freguesia de São Matias de Tapuitapera, mais tarde Alcântara, como acontece, aliais, a quase todas as dos dois primeiros séculos de colonização portuguesa na América do Sul. Os Arquivos paroquiais

não foram protegidos contra cupim, a traça e o desmazelo dos párocos ou vigários. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 70)

Ainda, em relação a metodologia, ligada a constituição de fontes dignas de caráter histórico e de estudo colocadas pelo presente autor, deve-se inferir, que, todo discurso, por sua própria constituição, está imerso dentro de um universo social e submetido a um determinado contexto histórico, instituída desse modo, em consonância a esse universo social e a esse contexto, a metodologia de pesquisa que o legitima. (MAINGUENEAU, 2008).

Antônio Lopes da Cunha, também cita o modo com o qual a Revolta de Beckman foi recebida pelos moradores de Alcântara, no momento em que o movimento ocorria no Maranhão:

Em 1684 irrompe no Maranhão a revolta contra o estanco de São Luís, Manuel Bequimão e Eugenio Ribeiro Maranhão, casado numa família de prol alcantarense, foram a Alcântara com o fito de persuadir as autoridades e moradores da vila e aderirem ao movimento. Convocado o senado da Câmara com o povo, os nobres e a Eclésia, parte se manifestou favorável as propostas dos dois deputados dos rebeldes, mas o Capitão-Mor Henrique Lopes da Gama, o Juiz Felipe Teixeira de Moraes e outras autoridades influíram no ânimo da maioria, que resolveu apoiar a abolição do estanco (...). O Bequimão e seu companheiro voltaram decepcionados a São Luís. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 159)

Colocando, o presente autor que parte da população se mostrou simpática e favorável ao movimento, porém a maioria acabou, uma vez influenciada pelas autoridades locais, a colocar-se em oposição. Em relação a Revolta de Beckman, cabe destacar que a figura de Manuel Beckman era construída pela geração de Novos Atenienses, enquanto a de um herói, iniciador do sentimento de nacionalidade brasileira no Maranhão, uma construção simbólica do ponto de vista historiográfico.

Antônio Lopes da Cunha também dedica em seu texto alguns capítulos a atuação da Igreja Católica no referente a ocupação e a colonização do então território de Alcântara durante o período colonial brasileiro, dedicando capítulos aos Mercedários, Carmelitas e Jesuítas, fato que provavelmente deve-se a utilização dos arquivos paroquiais enquanto fonte principal da pesquisa histórica. (LOPES DA CUNHA, 2002).

Parte significativa da presente obra dedica-se ainda a História política de Alcântara, dentro de uma perspectiva historicista e factual positivista. Nesse sentido, em capítulo dedicado a câmara municipal, coloca-nos o autor:

Parece-nos evidente do que ficou exposto que no Estado do Maranhão a Câmara que era, com certa nitidez insofismável, poder local, precipuamente dos filhos da Terra, do qual foram excluídos os portugueses, excetuados, naturalmente, os que por sua condição, já vinham do Reino com seu direito de cidadania. (...) Algum sentimento desta realidade da terra deu-lhes o surto de autonomia que tiveram e o absolutismo e, depois, o constitucionalismo imperial ou republicano exterminaram.

Em Plena República e não obstante reformas constitucionais e quarteladas e bernadadas maiores ou menores ‘regeneradoras’, não temos o verdadeiro regime municipal. No Maranhão colonial tivemos algo dele, na sua mais bela expressão, a espontânea. Mas foi o brilhar de um fogo fátuo. (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 234)

Mesmo em um texto, que almeja por colocar-se enquanto dotado de neutralidade científica, aborda o autor a defesa do modelo de administração e participação política das câmaras municipais do Maranhão, durante o período colonial, dentro de uma visão idealizada do passado, perpassando ideário da Ideologia da decadência. (ALMEIDA, 1983)

Tema esse bem recorrente na produção escrita da geração de Novos Atenienses, porém a decadência encarada aqui não no plano econômico e sim no político, representada por uma idealizada era áurea das câmaras municipais do período colonial, uma época colocada pelo autor enquanto de práticas políticas de nitidez insofismável quanto a participação dos moradores locais e quanto aos assuntos de sua localidade e da espontaneidade de um local privilegiado aos filhos da terra, em contraposição a um presente marcado pela decadência e instabilidade política com suas “quarteladas e bernadadas” (LOPES DA CUNHA, 2002, p. 234).

Nesse sentido, Martins (2006) aborda que a temática da decadência atravessa parte significativa da produção intelectual sobre o Maranhão na primeira República; constitui-se, desse modo, no âmago da produção literária, econômica, política e científica dessa época, de modo que o discurso sobre a decadência que se inicia no plano econômico sob a égide da crise da lavoura, passa a ocupar espaço em todas as esferas sociais referentes a elite intelectual da geração dos Novos Atenienses.

Desse modo, o discurso sobre a decadência colocado por Antônio Lopes da Cunha, no âmago da esfera política, tem uma visão saudosista em relação ao passado colonial, e é objeto histórico-ideológico, produzido em um contexto social materializado através da escrita. E por ser esta produção social, observa ainda a determinação histórica de sua época. (PÊCHEUX, 2009)

Não obstante, a presente obra presentemente analisada bem como os três artigos anteriormente trabalhados, fornecem um importante material sobre o modo como Antônio Lopes da Cunha, pensava a escrita da História, esta, uma escrita que deve ser factual, ligada a

eventos de caráter político, respaldada cientificamente através de documentos escritos oficiais, seguindo um padrão historicista e positivista. A partir do método da análise do discurso consegue-se também estabelecer uma relação direta entre o texto do autor, sua formação acadêmica, seu contexto histórico e universo social. Dessa forma, Antônio Lopes da Cunha, defendia a visão ligada a identidade maranhense da Atenas Brasileira, via a História do Maranhão a partir da Fundação Francesa de São Luís, seguida por uma épica colonização portuguesa, exaltando ainda o autor de forma idealizada o período colonial, e sendo signatário da ideologia da decadência enquanto presente vivido pelos intelectuais maranhenses da primeira República, enfatizada no presente livro analisado em seu viés político.

Nesse contexto, o discurso sobre a decadência colocado por Antônio Lopes da Cunha, no tocante a esfera política, tem uma visão saudosista em relação ao passado colonial, e é objeto histórico-ideológico, produzido em um contexto social materializado através da escrita. E por ser esta produção social, observa ainda a determinação histórica existente em sua época. (PÊCHEUX, 2009)

Desse modo, ressalta-se também o quão bem o discurso de Antônio Lopes da Cunha presente nas obras aqui analisadas, se adequava ao pensamento hegemônico da elite intelectual do Maranhão de sua época, o qual o presente autor era um dos mais importantes agentes, destarte a História do Maranhão em decadência seria para o presente autor nas décadas de 1910 e 1920, apenas transitoriedade, rumo o renascimento cultural e intelectual da Atenas Brasileira em terras Maranhenses, projeto elitista, o qual o mesmo esforçou-se de sobremaneira para assistir ser efetivado, seja na construção discursiva através de seus textos escritos, seja na sua participação na fundação de academias e institutos ou mesmo na prática docente, política ou profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que partimos para a tessitura do presente texto dissertativo, buscamos, a partir de um trabalho pautado metodologicamente pela Nova História Cultural e principalmente pela Análise do Discurso a compreensão do papel de Antônio Lopes da Cunha na Primeira República Brasileira (1889-1930) no âmbito do Maranhão, bem como seu sentido de história narrada, e como o autor representava seu projeto de Maranhão e a construção da identidade maranhense.

Nesse sentido, constituiu-se um amplo panorama do Maranhão na primeira República brasileira, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, visando a compreensão do contexto histórico no qual Antônio Lopes da Cunha vivia e escrevia.

Não obstante, partiu-se ainda para a construção de uma breve biografia do autor, visando compreender sua formação intelectual e acadêmica, os grupos em que transitava, as instituições que fundara e de onde constituía o seu discurso, assim como as correntes intelectuais ao qual era signatário.

Por fim, partiu-se para uma análise da escrita do autor, delimitando enquanto objeto os três artigos por ele publicados na Revista do IHGM, bem como o Livro Alcântara: Subsídios para a História de uma Cidade.

Para, a partir desses pressupostos, com o método da Análise do Discurso, unir autor, texto e contexto histórico, visando a compreensão dos discursos e enunciados presentes em sua escrita e como estes manifestam um projeto de Escrita da História, de História do Maranhão e de Identidade Maranhense, assim como de que maneira esses projetos se inter-relacionavam com o meio intelectual local, e construíam estratégias de legitimação e autoafirmação.

Nesse sentido, verificou-se que Antônio Lopes da Cunha apresentava um modelo de fazer historiográfico que se apresentava enquanto saber científico e estatuto de verdade histórica. A representação, portanto, de um modelo de História enquanto ciência, baseado no positivismo histórico e no historicismo rankeano alemão, em que o autor aborda em seus textos as fontes documentais oficiais, presentes em arquivos paroquiais e governamentais enquanto elemento único de acesso ao passado, no qual o papel central do historiador era encontrar o registro histórico e apresentá-lo de modo factual a luz do presente.

Antônio Lopes da Cunha faz também destaque a importância de se produzir mais material, se desenvolver mais estudos, e se pesquisar mais sobre o Maranhão, sua História e sua Geografia, o que fica evidente na defesa, a época, de uma atualização do “Diccionario historico-geographico da província do Maranhão” escrito no século XIX por Cezar Augusto Marques.

Antônio Lopes da Cunha também constrói a representação de um modelo de História do Maranhão linear e contínuo, factual e político, organizado inicialmente a partir da França Equinocial no Maranhão e da fundação francesa da cidade de São Luís, seguida pela epopeia da longa ocupação e colonização portuguesa, o qual coloca enquanto principais agentes desse processo histórico as ordens religiosas e os colonos portugueses; ganha destaque, ainda, a Revolta de Beckman, sendo que, Manoel Beckman é elevado à categoria de herói, além do “mito” da Atenas Brasileira, que sintetizava um projeto de identidade, comum aos intelectuais de sua época, a do maranhense-ateniense erudito homem de letras, destaque na literatura e na produção intelectual.

Não obstante, assim como outros integrantes do grupo dos novos atenienses, Antônio Lopes da Cunha via o próprio presente sob a ótica da ideologia da decadência, porém preconizava a superação desta, pautado nos elementos do passado, e no elitista projeto da Atenas, superação esta, o qual esforçava-se para materializar face a realidade local, seja na produção escrita, na atuação na imprensa local, na prática do magistério, no exercício político, no incentivo ao desporto, ou na fundação de Institutos, oficinas e cursos.

Antônio Lopes da Cunha agiu também no cenário local, desenvolvendo estratégias discursivas e representações sobre o mundo social no qual encontrava-se presente, agiu concretamente em sua própria realidade, em consonância com sua formação acadêmica, sua rede de relações sociais e seu contexto histórico. Sem dúvida, foi um dos intelectuais maranhenses mais importantes de sua época, cuja obra, além da presente dissertação, merece estudos ainda mais aprofundados por parte de nossa historiografia nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

Jornais

O Jornal, 07 de Maio de 1918.

Jornal Diario do Maranhão, 18 de Agosto de 1908.

Jornal Pacotilha, 14 de julho de 1908.

Jornal Pacotilha, 18 de agosto de 1908.

Jornal Pacotilha, 11 de junho de 1909.

Jornal Pacotilha, 31 de marco de 1911.

Jornal Pacotilha, 22 de abril de 1911.

Jornal Pacotilha, 11 de janeiro de 1912.

Jornal Pacotilha, 26 de julho de 1916.

Jornal Pacotilha, 01 de dezembro de 1925.

Bibliografia

ADEODATO, J. M. O Positivismo Culturalista da Escola do Recife. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí (SC), v. 8, n. 2, p. 303–326, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. São Luís, IPES, 1983.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**; prefacio a edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do Russo Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **UMA ATHENAS EQUINOCIAL**: a Literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro – São Luís: Edfunc, 2010.

_____. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IGHM): Patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 19-37, jun. 2011.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**; Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venancio Majar. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervè. **As escolas históricas**. Lisboa: Europa-América, 1990.

CAMPOS, Marize Helena de. **“Maripozas e Pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX”**. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 2001.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós-30. Dissertação de mestrado apresentada ao IFCH – UNICAMP, São Paulo:[s;n], 1981.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. Trad. De Maria Manuela Galhardo...Rio de Janeiro-RJ: Editora BERTRAND BRASIL, 1990.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia, pref. De Bonifácio de Andrade. –São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. **Nos fios da trama**: Quem é essa Mulher. Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século. Dissertação (Mestrado de História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói; 1998.

COSTA, Wagner Cabral da. Ruínas Verdes: tradição e decadência nos imaginários sociais. **Cadernos de Pesquisa** - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 12, n. 1/2, p. 79-105, 2002.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: Mestrado em políticas públicas da UFMA, 1998.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações Maranhenses 1822-1929**. 2ª ed. São Luís, Instituto Geia, 2003.

FERREIRA, Antonio Celso. **A Epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940) – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A Arqueologia do Saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo, Círculo do Livro S/D. Tradução de Nelson Coutinho. 1985.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA - **Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão**, São Luís, ano I, n. 1, julho/setembro, 1926.

KORACAKIS, Teodoro. Os positivismos e a faculdade de direito do Recife. **Revista Logus: Comunicação e Universidade**. UERJ: 1999.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Campanha da Produção**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004.

_____. A CRIAÇÃO DE UM MITO. **Revista Outros Tempos**, volume 02, p. 54-80. São Luís, UEMA, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. de Bernardo Leitão. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LOPES, Marco Antonio. **Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico** - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LOPES DA CUNHA, Antônio. **Estudos Diversos**. São Luís: Sioge, 1973.

_____. **Alcântara: Subsídios para a História de uma Cidade**. 2ª ed. São Paulo: Siciliano, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese do Discurso**. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. A Análise do Discurso e suas fronteiras. In: **Revista Matraca**, Rio de Janeiro, v.14, n. 20, p.13-p.37, jan./jun. 2007.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da Saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2006.

MEDEIROS, Carlos Henriques Guimarães. **PESTE BUBÔNICA EM SÃO LUÍS: epidemia e perspectivas de reordenamento urbano**. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais) – UFMA, São Luís, 2007.

MEIRELES, M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barboza de Moraes. "História Intelectual e Teoria Política: confluências". In: Lopes Marco Antonio. (org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

PALHANO, Raimundo. **A produção da coisa pública; serviços e cidadania na Primeira República: república ludovicense**. São Luís: Ipês, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850/1930)**. Dissertação de mestrado (Ciência Política). – UNICAMP/IFCH, São Paulo, 1992.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade - 3ª Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930 – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SALES, Tatiane da Silva. **BRECHAS PARA A EMANCIPAÇÃO**: usos da instrução e educação feminina em São Luís na Primeira República. Dissertação de mestrado (História). – UFBA, Bahia, 2010.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem**: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles. Dissertação de mestrado (História). – USP, São Paulo, 2008.

SILVA, Denize Elena Garcia da. **Análise de discurso gramática e contexto social** – Brasília, DF: Thesaurus, 2019.

TRIBUZZI, Bandeira. **Formação Econômica do Maranhão**. São Luís: IPES, 1981.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O “SPORTMAN” ANTONIO LOPES DA CUNHA. **Recorde**: Revista de História do Esporte Artigo, v. 2, n. 2, dezembro, 2009.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão, 1896-1934**. São Luís: Lithograf, 1992.